

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Marina Almeida Morais

POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA
E VOTO PARA GOVERNADOR
O caso do Programa Renda Cidadã em Goiás

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

MARINA ALMEIDA MORAIS

3. Título do trabalho

“Política pública de transferência direta de renda e voto para governador: o caso do Programa Renda Cidadã em Goiás”

s de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Robert Bonifácio Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 18/03/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA ALMEIDA MORAIS, Discente**, em 19/03/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1952419** e o código CRC **4BFAFF1B**.

Referência: Processo nº 23070.014747/2021-50

SEI nº 1952419

MARINA ALMEIDA MORAIS

**POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA
E VOTO PARA GOVERNADOR
O caso do Programa Renda Cidadã em Goiás**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, na área de concentração “Estudos Políticos Contemporâneos”, linha de pesquisa “Instituições e Comportamento Político em Perspectiva Comparada”, sob a orientação do Prof. Dr. Robert Bonifácio.

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Morais, Marina Almeida

Política pública de transferência direta de renda e voto para governador [manuscrito] : O caso do Programa Renda Cidadã em Goiás / Marina Almeida Moraes. - 2021.

LXXXIII, 83 f.

Orientador: Prof. Dr. Robert Bonifácio da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Programa Renda Cidadã. 2. Eleição para governador. 3. Transferência de renda. 4. Comportamento eleitoral. 5. Goiás. I. Silva, Robert Bonifácio da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 21 da sessão de Defesa de Dissertação de Marina Almeida Morais, que confere o título de Mestre(a) em Ciência Política

Aos 15 dias do mês de março de 2021, a partir das 16h30min, através do Google Meet no link URL: <https://meet.google.com/nnc-xsgh-svo>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**Política pública de transferência direta de renda e voto para governador: o caso do Programa Renda Cidadã em Goiás**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Robert Bonifácio da Silva (PPGCP/FCS/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Pedro Santos Mundim (PPGCP/FCS/UFG), membro titular interno e Professor Doutor Gabriel Casalecchi (UFSCar), membro titular externo; Durante a arguição os membros da banca **não/fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Robert Bonifácio da Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quinze dias do mês de março de 2021.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Política pública de transferência direta de renda e voto para governador: o caso do Programa Renda Cidadã em Goiás

Documento assinado eletronicamente por **Robert Bonifácio Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 18/03/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Santos Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 22/03/2021, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Avila Casalecchi, Usuário Externo**, em 13/04/2021, às 21:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1952370** e o código CRC **865A8929**.

Referência: Processo nº 23070.014747/2021-50

SEI nº 1952370

À Genalva, professora; ao Humberto, carvoeiro;
ao seu Neném (*in memoriam*), entregador de pães
e à dona Dalva, dona de casa (e de si) - meu alicerce.

Agradecimentos

Eu nunca pensei que chegaria até aqui – e esse não é, nem de longe, o topo da carreira acadêmica. Mas vejam que, para alguém que veio de onde eu vim, esse tipo de coisa parece muito inatingível. Esse pré-conceito é reafirmado muitas vezes ao longo da vida, de maneiras muito diferentes. O “isso não é pra gente como nós” ganha contornos mais velados como “um mestrado custa muito caro” ou “você não vai passar, a Federal privilegia os egressos no processo seletivo”. E o sonho arrefece.

Foi o Frederico Alvim quem me convenceu de que era possível, e de uma maneira muito sutil. Ele não me fez um discurso de superação, só me perguntou por que eu não começava um mestrado, como se isso fosse muito mais uma questão de querer do que de poder. Parecia tão crível para ele que eu fosse capaz que eu acreditei que era mesmo. Embora eu já tenha reforçado minha admiração acadêmica muitas vezes ao longo dos anos, fica aqui meu registro de apreço pela sua humanidade e disponibilidade. Obrigada pelo incentivo, pelos materiais e por me guiar para a Ciência Política.

Agradeço ao Robert Bonifácio, “orientador sem defeitos”. Orientar, por definição, é guiar, conduzir, encaminhar, aconselhar, influenciar, inspirar, instruir, ensinar. Não há nenhum desses verbos que eu não possa atribuir ao seu auxílio ao longo desses dois anos - que sorte a minha. Obrigada por pegar na minha mão e por nunca ter perdido a paciência durante as 98.751 vezes em que eu reclamei da minha dissertação.

Por falar em paciência, professor Lucas Okado, muito obrigada. Não sei o que o Robert pensou quando achou por bem incluir tantos testes na dissertação de uma orientanda que não sabia a diferença entre variável dependente e independente, mas sei que, se eu fui capaz de desenvolver alguma coisa neste trabalho, foi graças a sua metodologia e dedicação.

Um agradecimento especial ao Gabriel Madeira, meu eterno professor, um dos acadêmicos mais brilhantes que tive a honra de conhecer e que - sorte a minha - tornou-se um querido amigo. Eu jamais teria conseguido sem a sua contribuição. Reescrevi inúmeras vezes esse parágrafo e ele nunca parece fazer jus. Sou grata pela leitura atenta, por me mostrar tantos caminhos, pelos textos enviados, pela solicitude, por tudo. Espero sinceramente poder retribuir a sua gentileza um dia. Saudações corintianas.

Ao Franck, por ser para mim uma fonte inesgotável de inspiração acadêmica. Uma figura que parece ter lido tudo o que já foi escrito no mundo, que transita entre o Direito e a Ciência Política com uma naturalidade encantadora e o dono de uma aula absolutamente estimulante. A você, agradeço em especial pela gentileza no meu momento de maior

dificuldade. Essa semana li sua despedida ao professor Miroslav Mirovic, que ao final dizia “prometo me esforçar para ser na vida das gerações que chegam agora às ciências humanas o que pessoas como o Miro foram em minha trajetória”. Você foi essa pessoa para mim.

Obrigada aos membros da banca, doutores Pedro Mundim e Gabriel Casalecchi pela gentileza e pelas críticas pertinentes e imprescindíveis. Vocês transformaram um momento inicial de pânico e nervosismo - próprios da qualificação, num momento de troca e aprendizado, e isso é incrível e valioso.

Agradeço aos professores que o PPGCP me deu a honra de conhecer e às colegas de caminhada: Vitória, Thainara, Mariana, Kariny, Cintia, Ana e Carol. *Girl power*. Muito orgulho da nossa turma. Obrigada pelas risadas e por me lembrarem do gostinho bom da sala de aula.

Afrânio e Cristiano, obrigada pela paciência com a minha rotina de aulas e por, em nenhum momento, me obstarem de realizar meu sonho.

Aos familiares e amigos que compreenderam minhas reiteradas ausências e me concederam apoio irrestrito. Mãe, pai, vovó, Cessy, Bibi, Ludi, Tia Val, Tio Rick, Cecília, Dudinho, Amanda, amo vocês.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao ensino público. Que as pessoas não se esqueçam da importância da pesquisa. À Capes, pelo financiamento.

Soli Deo gloria

Em relação a todos os atos de iniciativa e de criação, existe uma verdade fundamental cujo desconhecimento mata inúmeras ideias e planos esplêndidos: a de que no momento em que nos comprometemos definitivamente, a providência move-se também. Toda uma corrente de acontecimentos brota da decisão, fazendo surgir a nosso favor toda sorte de incidentes e encontros e assistência material que nenhum homem sonharia que viesse em sua direção. O que quer que você possa fazer ou sonhe que possa, faça.
Johann Goethe

POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA E VOTO PARA GOVERNADOR

O caso do Programa Renda Cidadã em Goiás

PUBLIC POLICY OF DIRECT INCOME TRANSFER AND VOTE FOR GOVERNOR

The case of the Citizen Income Program in Goiás

Resumo

Investiga-se o papel de uma política pública - Programa Renda Cidadã (PRC) – na escolha do voto para governador de Goiás nas eleições de 2014 e de 2018, tendo como variáveis concorrentes a situação econômica do município e a alinhamento partidário vertical. A unidade de análise são os municípios e as fontes de dados são o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e indicadores do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM), elaborado pelo Instituto Mauro Borges. Especificamente, tem-se como hipótese o cenário em que os municípios com maiores percentuais de famílias atendidas pelo PRC são os que apresentam maiores percentuais de votos ao candidato situacionistas. De modo concorrente, tem-se como hipóteses que quanto maior a riqueza dos municípios e que a existência de prefeito cuja filiação partidária seja alinhada com o governador levam a maiores chances de se votar no candidato situacionista. Os resultados não permitem inferir que qualquer das variáveis tenha poder explicativo sobre o fenômeno, embora se tenha identificado baixos patamares, e estatisticamente significativos, entre ser atendido pelo PRC e votar no candidato incumbente.

Palavras-chave: Programa Renda Cidadã, eleição para governador, transferência de renda, comportamento eleitoral, Goiás.

Abstract

The present work investigates the role of a public policy - the Citizen Income Program (PRC) - in the choice of vote for governor of Goiás in the 2014 and 2018 elections, with wealth and vertical partisan alignment as competing variables. The unit of analysis is the municipalities and the data sources are the Regional Electoral Court of Goiás and indicators of the Municipality Performance Index (IDM), prepared by the Mauro Borges Institute. Specifically, the hypothesis is that the scenario in which the municipalities with the highest percentage of families served by the PRC are those that present the highest percentage of votes for the situationist candidates. Concurrently, there are the hypotheses that the greater the wealth of the municipalities and the existence of a mayor whose party affiliation is aligned with the governor leads to greater chances of voting for the situationist candidate. The results don't allow to infer that any of the variables show explanatory power over the phenomenon, although it was possible to identify statistic significant low baselines between being benefited by the PRC and voting on the incumbent.

Keywords: Citizen Income Program, Governor elections, income transfer, electoral behavior, Goiás.

SUMÁRIO

Resumo	12
Lista de quadros	15
Lista de gráficos	15
Lista de figuras	15
Lista de tabelas	15
Lista de anexos	15
Lista de apêndices	16
Introdução	17
1. Aspectos gerais do Programa Renda Cidadã	19
1.1. <i>Caracterização</i>	19
1.2. <i>Histórico e marcos legais</i>	20
1.3. <i>Critérios de elegibilidade</i>	23
1.4. <i>Recursos financeiros investidos</i>	25
1.5. <i>Quadro resumitivo sobre as normas e valores vigentes do PRC</i>	27
2. Políticas públicas de transferência de renda e voto: o debate e as evidências sobre o caso brasileiro	29
2.1. <i>Programa Bolsa Família (PBF) e voto para presidente: evidências apontadas pela literatura especializada</i>	29
3. Dados e técnicas	39
3.1 <i>Unidade de análise</i>	39
3.2 <i>Variáveis e fontes de dados</i>	40
3.2.1 <u>Grau de cobertura do Programa Renda Cidadã</u>	40
3.2.2 <u>Votos obtidos pelo candidato incumbente</u>	42
3.2.3 <u>IDM-Economia</u>	42
3.2.4 <u>Partido incumbente em prefeituras – alinhamento partidário vertical</u>	43
3.3 <i>Testes estatísticos</i>	45
4. A relação entre o PRC e voto para governador em Goiás: evidências empíricas	46
4.1. <i>Descrições do caso goiano</i>	46
4.2. <i>Distribuição espacial das variáveis</i>	47
4.3. <i>Testes estatísticos para voto e cobertura do Programa Renda Cidadã</i>	49
4.4. <i>Modelo empírico</i>	53
4.5. <i>Análise multivariada e inferência para voto para governador</i>	55

5. Considerações finais	58
Referências	61

Lista de quadros

Quadro 1 – Normas e valores vigentes no PRC	27
Quadro 2 – Comparativo da legislação do Renda Cidadã ao longo dos anos	81

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Recursos destinados ao PRC - 2003 a 2018.....	25
Gráfico 2 – Relação entre PRC e votos no 1º turno de 2014.....	50
Gráfico 3 – Relação entre PRC e votos no 2º turno de 2014.....	50
Gráfico 4 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos no 1º turno de 2014....	51
Gráfico 5 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos no 2º turno de 2014... 	51
Gráfico 6 – Relação entre PRC e votos nas Eleições de 2018	52
Gráfico 7 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos em 2018.....	52

Lista de figuras

Mapas 1 e 2 - Voto para governador – 1º e 2º turnos de 2014.....	48
Mapa 3 - Voto para governador no 1º turno de 2018.....	48
Mapas 4 e 5 - Cobertura de PRC em 2014 e em 2018	49
Mapas 6 e 7 - Subíndice economia no IDM	49

Lista de tabelas

Tabela 1 – Cobertura do Programa e Votos para Governador	53
Tabela 2 – IDM e Votos para Governador.....	54
Tabela 3 – Alinhamento partidário e votos para Governador	54
Tabela 4 – Regressão multivariada.....	56

Lista de anexos

Anexo I - Informações sobre o renda Cidadã	81
---	-----------

Lista de apêndices

Apêndice I - Dados utilizados para os testes estatísticos	65
Apêndice II - Mapas	76
Apêndice III - Script do R.....	80

Introdução

Investiga-se o potencial eleitoral de uma política pública de transferência direta de renda em afetar a votação para Governador. Há associação entre a vigência de um programa de transferência direta de renda e a direção do voto para o candidato incumbente, responsável ou aliado do grupo político que a implementou?

A literatura aponta para a existência de impacto dessas políticas no voto para presidente no Brasil. Cumpre perquirir: essa mesma relação pode ser encontrada no voto para governador, isto é, reproduz-se também a nível subnacional?

Elegeu-se como caso empírico a política pública intitulada “Programa Renda Cidadã” (PRC), vigente entre os anos 2000 e 2020 no estado de Goiás, sendo que o período de análise abrange as eleições de 2014 e de 2018¹.

A escolha do caso goiano tem algumas razões de ser. Primeiro porque o PRC nasceu como uma política pública de transferência direta de renda que substituiu a entrega de benefícios *in natura* (cestas básicas, pão e leite). Assim, o eleitor beneficiado passou a ter alguma liberalidade sobre o que fazer com o benefício recebido, o que não é irrelevante.

Segundo, porque a política pública foi criada por um ex-governador, Marconi Perillo (PSDB), e perdurou durante quase todo o período em que ele e seus apoiadores estiveram liderando o Poder Executivo estadual (1998-2018). Tão logo foram derrotados nas urnas pelo atual governador Ronaldo Caiado (DEM), o novo governo cuidou de descontinuar a política pública, atualmente incorporada ao Bolsa Família.

No aspecto metodológico, são utilizados como elementos explicativos concorrentes a filiação partidária dos prefeitos municipais (alinhamento vertical) e a situação socioeconômica dos municípios – unidade de análise da pesquisa, feita com dados agregados. Optou-se por realizar as análises a nível municipal e não individual, com dados de natureza macro e não micro, uma vez que a única pesquisa eleitoral mapeada e disponível para análise de voto para governador é datada de 2014 e tampouco possui as variáveis que satisfazem o problema de pesquisa². Logo, o que se poderá observar são relações para municípios goianos, que receberam maior ou menor incidência de investimentos na política pública e como reagiram em número

¹ Na seção “dados e técnicas” justifica-se a seleção dos dois referidos pleitos.

² Silva (2014) analisou os impactos da política de incentivo fiscal patrocinada pelo governo do estado de Goiás sobre o processo eleitoral, objeto mais próximo do presente estudo encontrado na literatura. Todavia, as variáveis utilizadas foram o volume financeiro de incentivos fiscais, o produto interno bruto (PIB) municipal e o número de postos de trabalho ativos, igualmente não aplicáveis para o presente empreendimento de pesquisa.

de votos, a nível macro. Assim, não será objeto da pesquisa a percepção individual dos eleitores acerca da política pública – como usual em estudos de comportamento eleitoral - tampouco seu impacto econômico ou social.

A referência para o empreendimento desta pesquisa são estudos que relacionam o benefício do Programa Bolsa Família a votos em candidatos a presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). É praticamente consenso na literatura especializada de comportamento eleitoral que o PBF tem significativa associação com o voto em candidatos petistas entre o período de 2006 e 2014. Logo, é a partir dos achados dessa literatura que este trabalho se ancora.

A pesquisa justifica-se diante da importância de analisar se existe uma espécie de “recompensa eleitoral” dos benefícios para com o incumbente – ao menos no plano estadual goiano, a exemplo do que se observa nos estudos sobre o PBF e o voto para Presidente da República. Dessa forma, avança-se em conhecimento sobre o comportamento eleitoral regional e na influência das políticas públicas na escolha do voto do eleitor.

Como já mencionado, há bastante literatura sobre os efeitos dessas políticas no voto para Presidente da República, mas pouco sobre esses efeitos a nível subnacional. Assim, espera-se que a pesquisa empreendida possa auxiliar na produção de análises similares em diversos estados, já que no Brasil, dez unidades federativas possuem programas de transferência de renda em complementação ao Bolsa Família, a saber, Acre, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

A fim de cumprir com os objetivos traçados, a dissertação está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo é descrita a política pública objeto da análise empírica, delineando o seu histórico de sua implementação, os critérios para ser beneficiário e os valores nela despendidos.

No capítulo 2 debate-se os estudos que relacionam as políticas públicas de transferência de renda e a escolha do voto, mapeando as evidências debatendo acerca das evidências sobre o caso brasileiro e construindo hipóteses. O capítulo seguinte é dedicado às discussões sobre partidarismo, riqueza e suas relações com o voto, culminando com a construção de hipóteses relacionadas. O capítulo em sequência discorre sobre “dados e técnicas” e é seguido pelo quinto capítulo, sobre a análise dos dados.

A dissertação se encerra com as considerações finais, em que se faz uma síntese dos achados e das limitações, que demonstram que, embora o aumento no investimento na política pública implique também em algum aumento nos votos, não é possível extrair dos dados a confirmação da hipótese de pesquisa, dados os baixos coeficientes encontrados.

1. Aspectos gerais do Programa Renda Cidadã

Como etapa inicial para a consecução do problema de pesquisa – a relação entre o Programa Renda Cidadã (PRC) e a direção do voto para governador de Goiás – faz-se necessário o esclarecimento sobre a política pública em destaque. Desse modo, descreve-se neste capítulo o PRC, enfatizando os seguintes aspectos: (1) sua caracterização, (2) histórico e marcos legais, (3) critérios de elegibilidade e contrapartidas dos beneficiários e (4) recursos financeiros investidos.

Conforme já esclarecido, a eleição deste programa de transferência de renda se deu pelo contexto político de manutenção do grupo político incumbente por um longo período, desde sua criação, bem como com a possibilidade de análise de dois pleitos, um de vitória e um de derrota do partido responsável por sua instituição. Apenas pela brevidade e verticalização inerentes a uma dissertação, optou-se pelo PRC em detrimento dos outros dez programas existentes no país, que poderão ser objeto de estudos futuros.

1.1. Caracterização

O PRC foi um programa de transferência de renda do governo do Estado de Goiás destinado ao auxílio de famílias carentes em estágio de extrema pobreza por meio da concessão de benefício financeiro mensal, objetivando prioritariamente o combate à fome e à miséria, que vigeu entre os anos de 2000 a 2020. Os beneficiários eram definidos mediante critérios objetivos previamente estabelecidos na legislação, que também trata do valor do benefício e demais condições aplicáveis.

Rua e Romanini (2014) definem política pública como um sistema complexo, envolvendo mais do que uma decisão isolada e demandando diversas ações estrategicamente selecionadas a fim de implementar as decisões tomadas. Surge assim um conceito de “arenas”, em que parte-se do pressuposto de que “existe uma inter-relação entre a percepção de uma *policy* por parte dos indivíduos e grupos afetados e a estrutura das interações na arena política (*politics*)³” (FREY, 1999, p. 11)

Nessa concepção, as arenas são divididas, inicialmente, em regulatórias, redistributivas, e distributivas. As regulatórias envolvem o “estabelecimento de imperativos, proibições e

³ Policy e politics se referem à política, mas possuem diferentes significados. Aqui considera-se que *policy* são ações governamentais concretas, como políticas públicas. Já *politics* relaciona-se a processos políticos, a jogos de poder e aspectos simbólicos.

condições, sob o formato de regras e normas jurídicas que limitam o poder discricionário dos indivíduos e das organizações, e tem por base ameaças de punições variadas” (RUA; ROMANINI, 2014, p. 42). São exemplos dessa arena as reservas de mercado, leis ambientais, dentre outras.

As arenas redistributivas, por sua vez, “são aquelas que transferem bens materiais, direitos e outros valores diretamente de um grupo ou classe social para outro, sendo ambos claramente identificados” (RUA; ROMANINI, 2014, p. 41). O exemplo clássico dessa arena é a reforma agrária.

Por fim, as arenas distributivas – em que se insere o objeto do presente estudo - podem ser caracterizadas como interações acerca de políticas públicas que alocam bens e serviços, a exemplo de subsídios a atividades agrícolas e industriais, saúde, educação e saneamento básico. Um dos principais exemplos na história brasileira de uma política pública inserida na arena distributiva é o Programa Bolsa Família e os dele derivados. Importa ter em mente que, ainda que o PBF promova uma redistribuição de renda, não é esse aspecto que importa para sua classificação em termos de arena decisória, mas o fato de que os contribuintes de modo geral não consigam identificar ao certo quanto de seus impostos está sendo canalizado ao atendimento das famílias beneficiadas.

Desta feita, tal como o Bolsa Família, o Programa Renda Cidadã se encaixa no conceito de política pública advinda de uma arena distributiva, sendo que os subsídios sociais aplicados são indivisíveis entre os contribuintes.

1.2. Histórico e marcos legais

O PRC surgiu em substituição ao Programa Apoio às Famílias Carentes (PAFC), que também objetivava o combate à fome e à miséria e foi instituído em 04 de janeiro de 1995⁴ pelo então governador do estado de Goiás, Luiz Alberto Maguito Vilela, à época filiado ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB). O grande ponto diferenciador entre os dois programas é que, ao contrário do PRC, que prestava auxílio pecuniário às famílias em estado de vulnerabilidade, o PAFC realizava a distribuição de cestas básicas e alimentos em espécie, além de doação de lotes urbanos e de isenção de tarifas de energia elétrica e água e esgoto para as famílias que se enquadrassem nos critérios definidos na legislação específica do programa.

⁴ GOIÁS. DECRETO 4.379, DE 04 DE JANEIRO DE 1995. *Institui o Programa de Apoio às Famílias Carentes, no âmbito da Secretaria Especial da Solidariedade Humana*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/decretos/numerados/1995/decreto_4379.htm>. Acesso em 03 jul. 2019.

Este é um ponto crucial para a importância do PRC: deixa-se de fornecer para o eleitor aquilo que se considera que ele precisa para conceder a ele a liberdade de escolha, o que certamente não foi ignorado pelos beneficiários.

O marco legal de criação do PRC é a Lei Estadual nº 13.605, de 29 de março de 2000⁵, editada pelo então Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior (PSDB). A redação da lei indicava que a família contemplada com tal auxílio financeiro não poderia empregar mais que 15% do mesmo na aquisição de produtos de higiene pessoal e limpeza, sob pena de reprovação das contas que viessem a ser apresentadas. Também estava incluído na lei que o PRC deveria beneficiar, prioritariamente, famílias integradas por pessoas com deficiência, hanseníase, leucemia ou da síndrome da imunodeficiência adquirida.

A referida lei foi regulamentada pelo Decreto 5.211, de 10 de abril de 2000⁶, que dispunha sobre os critérios a serem atendidos pela família para fazer jus ao auxílio mensal:

1. Renda mensal familiar total não superior a um salário mínimo vigente;
2. Residência de pelo menos dois anos ininterruptos no Estado de Goiás;
3. Apresentar Cartão de Vacinação atualizado, caso haja crianças entre 0 e 6 anos;
4. Apresentar comprovante de matrícula e frequência em instituição de ensino, caso haja crianças ou adolescentes entre 7 e 14 anos;
5. Comprovar, no município que sediar Unidade de Atendimento ao Trabalhador do Sistema Nacional de Emprego, inscrição nos Programas de Geração de Emprego e Renda, Qualificação ou Requalificação de Mão-de-Obra, da Secretaria de Cidadania e Trabalho, no caso de desempregado ou trabalhador autônomo; e
6. Fazer opção por um dos Programas Sociais como “Salário Escola”, “Banco do Povo”, “Bolsa Universitária”, ou qualquer outro programa similar, executados pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal. (GOIÁS, 2000)

Posteriormente, o programa foi ampliado pela Lei nº 16.831 de 11 de dezembro de 2009⁷, sob a gestão do governador Alcides Rodrigues Filho (à época, filiado ao Partido Progressista), prometendo oferecer subsídios para o processo de emancipação da população atendida, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho. Para a consecução desse propósito, além do auxílio financeiro básico, o PRC passou a fornecer auxílio educação e auxílio saúde. A lei de 2009 também dividia os beneficiários em grupos, sendo um dirigido às famílias de

⁵ GOIÁS. LEI Nº 13.605, DE 29 DE MARÇO DE 2000. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2517>. Acesso em 27 abr. 2019.

⁶ GOIÁS. DECRETO Nº 5.211, DE 10 DE ABRIL DE 2000. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã – auxílio financeiro mensal às famílias carentes e dá outras providências*. Disponível em http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5211.htm. Acesso em: 27/04/2019.

⁷ GOIÁS. LEI Nº 16.831, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009. *Dispõe sobre a ampliação do Programa de que trata a Lei nº 13.605, de 29 de março de 2000*. Disponível em http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2009/lei_16831.htm. Acesso em: 27/04/2019.

baixa renda e outro aos grupos familiares que contassem com algum portador de deficiência permanente ou doença grave ou famílias com idosos de idade igual ou superior a 65 anos.

Essa redação foi revogada pela Lei nº 18.090, de 17 de julho de 2013⁸, no Governo de Marconi Ferreira Perillo Júnior, que acrescentou dentre os objetivos do programa o combate à exclusão das famílias vulnerabilizadas pela extrema pobreza, bem como alterou os grupos de classificação no programa. Nesta redação, além dos grupos já existentes na legislação anterior, de 2009, foram incluídas as famílias com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou membro em tratamento de dependência química, reforçando o propósito de ressocialização dos beneficiários, bem como também abrangeu-se as famílias que não atendiam aos requisitos para o Bolsa Família.

Por fim, foi editada a Lei nº 19.319, de 23 de maio de 2016⁹, que estabeleceu as bases do “Novo Programa Renda Cidadã”. A nova redação trouxe os conceitos de família, família em situação de pobreza e renda familiar mensal, além de se definir os objetivos específicos do programa. Os beneficiários são identificados por critérios objetivos, a saber, aqueles que:

1. Possuírem renda mensal familiar per capita de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente;
2. Estiverem inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de cujos dados utilizar-se-á o órgão gestor do Programa;
3. Não possuírem quaisquer de seus membros como participantes de outro programa de transferência direta de renda, seja ele federal ou municipal;
4. Residirem no Estado de Goiás. (GOIÁS, 2016)

A lei que vigora também define como prioritárias para o recebimento do benefício as famílias que tiverem pelo menos um membro com deficiência permanente, acometidos de doenças graves definidas em lei, pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, em tratamento de dependência química, vítima de violência doméstica, sexual ou membro de etnias tradicionais.

O gestor do PRC era o Governo do Estado de Goiás, a quem cabia definir as normas complementares do programa. O cadastro pode ser realizado no município de residência do pretense beneficiário, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou no Centro de

⁸ GOIÁS. LEI Nº 18.090, DE 17 DE JULHO DE 2013. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã – Um Passo à Frente – do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.* Disponível em http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18090.htm . Acesso em: 27/04/2019.

⁹ GOIÁS. LEI Nº 19.319, DE 23 DE MAIO DE 2016. *Estabelece as bases do “Novo Programa Renda Cidadã”.* Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2016/lei_19319.htm>. Acesso em 27 abr. 2019.

Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Este ponto também é relevante para a pesquisa, notadamente quando se analisam os impactos no voto para governador em um cenário onde o cadastro de famílias atendidas é feito pelo município, o que pode ostentar efeitos na responsabilização pelo benefício.

Como já mencionado, em 2020 o PRC foi descontinuado pelo Governador Ronaldo Caiado (DEM), que derrotou nas urnas em 2018 a legenda responsável pela instituição da política pública. Até o momento, o benefício segue incorporado ao Bolsa Família.

1. 3. Critérios de elegibilidade

Os procedimentos administrativos relativos ao programa eram elencados pela Portaria nº 489/2017 – SEMDIT¹⁰. O ato normativo reproduz o art. 3º da Lei Estadual nº 19.391/2016, que exige, além da inscrição obrigatória ao Cadastro Único, que a família possua renda per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional vigente, não seja participante de outro programa de transferência de renda e resida no Estado de Goiás. Os critérios de elegibilidade apenas tornam a família apta a receber o benefício, exigindo-se, contudo, a aprovação em seleção que se dá pelos critérios estabelecidos na Portaria.

Conforme o diploma, as vagas disponibilizadas seguem dois parâmetros: a) distribuição percentual entre todos os municípios goianos, seguindo dados produzidos pelo Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos, revistos a cada dois anos pelo órgão do gestor do Programa; e b) Orçamento disponível segundo a Lei de Orçamento Anual vigente.

Em caso de vagas ociosas, caso algum município possua menos famílias carentes do que vagas disponíveis, estas serão redistribuídas pelos critérios supramencionados. A norma prevê ainda que cabe ao supervisor do PRC, em cada município, realizar mensalmente uma reunião socioeducativa, em que deverá promover palestras temáticas visando à ampliação do exercício de cidadania dos envolvidos, respondendo dúvidas e lavrando ata da reunião, que deverá ser realizada em local público, com data e horário previamente divulgados, e os temas serão previamente aprovados pela Secretaria Cidadã.

Pela legislação vigente entre os anos de 2000 a 2009, o benefício mensal correspondia a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, considerando-se apenas o valor inteiro

¹⁰ GOIÁS. PORTARIA Nº 489/2017 – SEMDIT. *Regulamenta os procedimentos administrativos que disciplinam a gestão do Novo Programa Renda Cidadã.* Disponível em <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/uploads/arquivos/e00d0ef743c0bcb30a836a7924bdc3bc.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2019.

resultante da operação (art. 2º). Após a edição da lei de 2009, o auxílio financeiro mensal concedido pelo programa estadual de transferência de renda passou a ser de R\$ 80,00 (oitenta reais) a cada Grupo Familiar (art. 5º).

A Lei nº 16.831, de 11 de dezembro de 2009 estabelecia ainda que o Grupo Familiar com dependente na faixa etária de 6 (seis) a 17 (dezesete) anos, matriculado no ensino fundamental ou médio, com frequência regular na rede de ensino, poderia ter o seu benefício acrescido em R\$ 10,00 (dez reais) por dependente matriculado, até o máximo de 4 (quatro), limitando-se o valor total do auxílio, salvo no caso de serem beneficiários também de auxílio saúde, ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Entre 2009 e 2013, ainda, o Grupo Familiar com integrante portador de hemofilia, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, anemia falciforme, hipertensão arterial, diabetes, tuberculose, neoplasia maligna, gestantes e mães que estejam amamentando, até 6 (seis) meses após o parto, fazia jus ao auxílio saúde no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), adicionado ao valor básico do Programa Renda Cidadã, bem como àquele relativo ao auxílio educação, quando presentes as situações que autorizassem sua concessão simultânea.

A partir de 2013, o auxílio financeiro mensal garantido pelo PRC passou a ser concedido a cada família que atendia aos requisitos da Lei, bem como aos de seu Regulamento, da seguinte forma (art. 6º):

1. Para as do Grupo I, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo que:
 - a) as famílias com integrante na faixa etária de 6 (seis) a 17 (dezesete) anos, matriculado no ensino fundamental ou médio, com frequência regular na rede de ensino, poderiam ter o seu benefício acrescido em R\$ 10,00 (dez reais) por dependente matriculado, até o máximo de 4 (quatro), limitando-se o valor total do auxílio, salvo no caso de serem beneficiários também do auxílio saúde, ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a título de auxílio educação;
 - b) as famílias com integrante portador de hemofilia, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, cirrose hepática, anemia falciforme, neoplasia maligna, hipertensão arterial, diabetes e tuberculose e, ainda, gestante e mãe que esteja amamentando, até 6 (seis) meses após o parto, fariam jus ao auxílio saúde no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), o qual será adicionado ao de R\$ 80,00 (oitenta reais) a que têm direito, bem como àquele relativo ao auxílio educação, nas situações que autorizem sua concessão simultânea.
2. Para as do Grupo II, no valor mínimo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e máximo de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). (GOIÁS, 2013)

Por fim, a redação de 2016, não mais vigente, dispunha que o auxílio financeiro mensal de que trata o “Novo Programa Renda Cidadã” poderia ser concretizado mediante a concessão de:

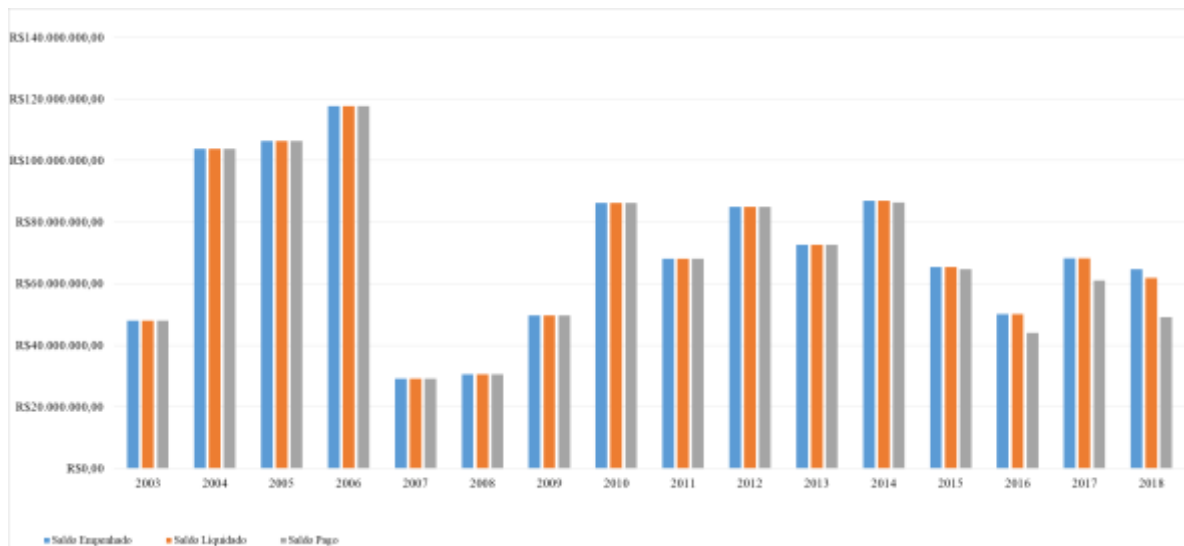
1. Auxílio “Básico”: benefício no valor de R\$ 100,00 (cem reais), ofertado à família selecionada pelo Programa;
2. Auxílio “Mais Saúde”: benefício extra, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), concedido por grupo familiar com pelo menos 1 (um) integrante acometido das moléstias elencadas no inciso II do art. 4º desta Lei ou, ainda, que conte com gestante ou lactente, até o 6º mês de vida;
3. Auxílio “Mais Educação”: benefício extra, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por dependente, concedido ao grupo familiar que tenha em sua composição estudantes com idade entre 6 (seis) e 17 (dezesete) anos, devidamente matriculados e com frequência regular no ensino fundamental ou médio, observado o limite de até 4 (quatro) dependentes por família.
4. Auxílio "ICMS Cidadão": benefício extra, no valor equivalente a 12% (doze por cento) do valor constante de documento fiscal referente à aquisição mensal de mercadorias. (GOIÁS, 2016)

A lei consignava ainda que os auxílios financeiros concedidos pelo Programa de que trata esta Lei poderão ser cumulados, desde que não superem o montante de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por grupo familiar.

1.4. Recursos financeiros investidos

Os recursos destinados ao Programa Renda Cidadã entre os anos de 2003 e 2018 podem ser graficamente representados da seguinte forma:

Gráfico 1 – Recursos destinados ao PRC - 2003 a 2018



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Portal da Transparência. Execução Orçamentária por Programa. Disponível em: http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=execucao_orcamentaria_visao_geral&orgao=cidada_feas. Acessado em: 04/02/2020.

Entre os anos de 2000 a 2009, a norma orçamentária autorizava o Chefe do Poder Executivo a abrir créditos especiais para o Renda Cidadã até o limite de R\$ 55.000.000,00

(cinquenta e cinco milhões de reais) destinados ao custeio do benefício. Nos anos seguintes, a norma foi silente sobre o máximo a ser investido.

Ao analisar os números de recursos destinados à política pública, o ano com maior concentração de investimentos foi 2006 (ano coincidente com a eleição para governador do estado), com R\$117.702.269,88 (cento e dezessete milhões, setecentos e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) investidos.

Este valor foi significativamente reduzido no ano de 2007, ano com menor incidência de investimentos, com R\$29.153.325,12 (vinte e nove milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e doze centavos).

Também se pode extrair da representação gráfica que, em regra, os anos eleitorais apresentam maiores recursos investidos em comparação com os não eleitorais – o montante destinado ao programa em 2006 superou 2005, assim como em 2010 superou-se o de 2009, 2014 teve maiores investimentos que 2013, sendo que o padrão não se repete apenas no comparativo entre os anos de 2018 e 2017.

Esse quadro pode ser inserido no conceito de Ciclo Orçamentário Político, definido por Klein (2010, p. 284) como “um ciclo econômico causado por motivações políticas, que se apresenta de várias formas: através do aumento do gasto público, geração de emprego, redução de impostos ou mesmo movendo os gastos de serviços públicos menos visíveis para mais visíveis”. O autor menciona que, geralmente, o Ciclo Orçamentário Político é direcionado ao fim da reeleição. Neste contexto, o candidato com possibilidades de reeleição tende a buscar uma expansão econômica próxima aos períodos eleitorais a fim de aumentar suas chances (KLEIN, 2010).

Destarte, o binômio possibilidade real e legal de reeleição é uma condição para o conceito de ciclo orçamentário político. Real porque deve haver uma chance mínima de que a concentração de esforços realmente viabilize a reeleição, e legal porque a legislação brasileira só permite a reeleição para um único mandato subsequente.

Notadamente, existem outros estímulos para que se adote a estratégia do Ciclo Orçamentário Político, por exemplo, se o incumbente visa a reeleição de seu partido ou de algum que faça parte de sua base, ou mesmo para alavancar sua popularidade a fim de concorrer a outros cargos (KLEIN, 2010).

Como bem argumentam Brusca, Labrador e Montesinos (2015), o incumbente possui uma vantagem de informação sobre os eleitores, que o conduz no direcionamento dos gastos. Uma vez que a busca por informação por parte do eleitor para decidir em quem votar é custosa e que seu voto isolado possui pouca influência diante do resultado geral, o Ciclo Orçamentário

Político se torna especialmente atraente aos políticos que possuem intenção de permanecer no poder.

1.5. Quadro resumitivo sobre as normas e valores vigentes do PRC

O quadro abaixo resume informações sobre normas e valores vigentes nos anos de escopo da pesquisa (2014 e 2018), sob a égide da Lei Estadual nº 18.090/2013.

Quadro 1 – Normas e valores vigentes no PRC

Beneficiários	Valores do Benefício	Valor total Investido (2014)	Valor total Investido (2018)
<p>Grupo I, constituído por famílias que não atendam aos requisitos para ingresso no programa de transferência de renda da União – Bolsa Família; que possuam pelo menos um membro portador de deficiência permanente e incapacitante total ou parcial, ou patologias indicadas na lei; compostas por membros de idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos; ou que possuam em sua composição adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ou membro em tratamento de dependência química;</p> <p>2. Grupo II, constituído por famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, em situação de elevado grau de vulnerabilidade social, cujos rendimentos mensais sejam inferiores a R\$ 70,00 (setenta reais) por membro delas integrante.</p> <p>Devem comprovar ainda renda per capita mensal de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); no mínimo, 3 (três) anos ininterruptos de residência no Estado de Goiás; não ter qualquer de seus membros como participante de outro programa de transferência de renda e encontrar-se inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico.</p>	<p>Para as do Grupo I, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), podendo haver acréscimos diante do número de integrantes ou de outras circunstâncias descritas na lei;</p> <p>Para as do Grupo II, no valor mínimo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e máximo de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).</p> <p>Ainda, poderão ser concedidos Auxílio “Básico”; Auxílio “Mais Saúde”, e Auxílio “Mais Educação”, nos casos descritos na lei.</p>	R\$86.911.649,40	R\$49.113.883,05

Fonte: Elaboração própria, a partir da edição de informações contidas na lei estadual nº 18.090/2013, disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18090.htm e no Portal da Transparência - Execução Orçamentária por Programa, disponível em <http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=execucao_orcamentaria_visao_geral&orgao=cidada_feas> Acessos em: 27/04/2019.

2. Políticas públicas de transferência de renda e voto: o debate e as evidências sobre o caso brasileiro

Faz-se aqui uma interpretação de algumas das mais relevantes obras sobre a relação entre políticas públicas de transferência de renda e a escolha do voto, no contexto brasileiro. Tal expediente foca-se tanto nas discussões conceituais quanto nas evidências empíricas existentes na literatura especializada a fim de embasar a hipótese que se busca testar na análise empírica exposta no capítulo 5.

Com efeito, a literatura carece de literatura acerca dos efeitos de uma política pública de transferência direta de renda e o voto em candidatos a governadores. Silva (2014) realizou o mais próximo disso dentre a bibliografia encontrada, quando analisou se a política de incentivo fiscal patrocinada pelo governo do Estado de Goiás apresentaria influência no processo eleitoral, analisando tal fenômeno sob a ótica do voto racional de Downs. Na ocasião, o autor analisou o volume financeiro de incentivos fiscais, o produto interno bruto (PIB) municipal e o número de postos de trabalho ativos. Os resultados encontrados demonstraram que, com exceção do PIB, as demais variáveis possuíam alguma parcela de contribuição no processo decisório individual de cada eleitor.

Considerando-se que o presente trabalho se ocupa de um programa de transferência de renda – que não se confunde com incentivo fiscal, propriamente, bem como do fato de que a literatura explorada passa por comportamento eleitoral e instituições, não se limitando à identificação do voto racional, é possível dizer que o objeto dos trabalhos não se confunde, inclusive porque as variáveis utilizadas, bem como o referencial teórico, são bastante distintos.

Isso posto, o arcabouço teórico se ancora na relação entre o benefício do PPBF e a escolha eleitoral para presidente da república, nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Dada a proximidade com o problema de pesquisa, fez-se uma busca detalhada sobre a produção científica a respeito, sendo abordadas nos tópicos a seguir todas as obras encontradas e, a partir desse exercício, construídas as hipóteses.

2.1. Programa Bolsa Família (PBF) e voto para presidente: evidências apontadas pela literatura especializada

Luiz Inácio “Lula” da Silva, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), disputou sem êxito os pleitos eleitorais de 1989, 1994 e 1998. No pleito de 2002, em sua quarta tentativa,

num ambiente em que predominava uma situação de crise econômica¹¹, foi eleito presidente da república, sendo reeleito em 2006.

Limongi e Guarnieri (2015) ressaltam que o PT chegou à presidência no ano de 2002 após problemas internos do PSDB, seu tradicional adversário. A ausência de um candidato opositor competitivo, aliada às estratégias de coordenação pré-eleitoral dos dois partidos, foi decisiva para a vitória de Lula após três derrotas consecutivas. Associado a isso, a crise econômica foi grande responsável pela conversão de apoio ao candidato Lula, especialmente entre a classe média, que tradicionalmente não compunha sua base eleitoral.

Uma vez eleita em 2002, a legenda petista manteve o enfoque social de suas plataformas, e apresentou como forte traço de seu governo esses programas, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos e ProUni. Conforme mencionam Rua e Romanini (2014), o contexto de políticas distributivas é comumente marcado pela presença do conceito de “*pork barrel*”, que consiste na alocação de recursos destinados a beneficiar especialmente o nicho eleitoral do formulador da política.

A *contrario sensu*, os programas da agenda petista não foram destinados ao nicho eleitoral responsável pela eleição do ex-Presidente em 2002. Conforme já estabelecido, os votos de Lula se concentraram primordialmente entre a classe média em sua primeira eleição. Por outro lado, os investimentos dos programas sociais foram destinados à população mais pobre, uma decisão política que culminou na mudança do eleitorado do Partido dos Trabalhadores para as eleições seguintes.

Limongi e Guarnieri (2015) sintetizam o ocorrido, afirmando que, de fato, a composição social do voto no Partido dos Trabalhadores mudou entre 2002 e 2006. Todavia, pontuam que seria exagero classificar os eleitores de 2002 como base tradicional do PT. Com efeito, se o partido havia sido derrotado nas últimas três eleições, evidentemente que em 2002 possuía um eleitorado diferente e maior do que aquele que o apoiou nos pleitos anteriores. Por outro lado,

¹¹ A crise a que se refere trata da forte desvalorização do Real em 1999, também conhecida como efeito samba, em razão de o Banco Central abandonar o regime de Bandas Cambiais e passar a operar sob o regime de câmbio flutuante. Para melhor compreensão do assunto:

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e Consequências. **BNDES**, 2000. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/200005_3.html>. Acesso em 19 jul 2020.

SEIDL, Antonio Carlos. Maxidesvalorização do real surpreende consultores. **Folha de São Paulo**. Domingo, 31 de janeiro de 1999. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019915.htm>>. Acesso em 19 jul 2020.

isso não equivale a dizer que os “convertidos” em 2002 o acompanhariam nas eleições vindouras.

Assim, os autores mencionam que é mais acertado que o eleitorado petista em 2006 seja encarado como o resultado de entrada e saída de eleitores. Os que apoiaram a legenda em 2002 e não o fizeram em 2006 não podem ser considerados “fiéis” ao partido. É, inclusive, mais provável que as eleições de 2002 tenham sido a primeira ocasião em que votaram na legenda petista.

Arrematam dizendo que, o que se teve nessas eleições foi uma definição mais clara da base social do eleitorado petista. “Ironicamente, diz-se que o partido abandona suas bases tradicionais quando este passa a depender mais fortemente dos mais pobres, seu público-alvo desde a fundação do partido” (LIMONGI; GUARNIERI, 2015, p. 14)

Com efeito, nas eleições de 2002 e 2006, a porcentagem de votos de Lula foi bastante parecida: 61,27% e 60,83, respectivamente, com uma pequena redução de 0,44 ponto percentual. Por outro lado, conforme mencionam Zucco e Power (2013), enquanto sua eleição foi apoiada majoritariamente pela classe média urbana, a reeleição obteve suporte massivo das áreas mais pobres.

A literatura trata dessa suposta mudança no eleitorado petista no início da implementação do PBF. A grosso modo, defende-se que a política redistributiva é uma via de mão dupla, sendo que, geralmente, não se pode puramente adicionar novos grupos à coalizão governante de modo indefinido. Se, por um lado, as políticas sociais angariaram o apoio dos estratos mais pobres da população, também foram responsáveis pela perda do apoio do “antigo” eleitorado do ex-Presidente.

Corrêa (2015) contribui para essa discussão pontuando que Lula ganhou pelo menos tantos votos quanto perdeu em consequência do Bolsa Família, já que sua proporção nacional de votos não mudou muito entre as duas eleições. Esse contexto reforçou a necessidade de investigar os impactos dos programas de transferência de renda que foram marca do governo Lula. Afinal, foram eles apenas responsáveis pela mudança em seu eleitorado, ou também pelo sucesso eleitoral petista nos três pleitos seguintes?

Por um primeiro ângulo, conforme menciona Corrêa (2015), o programa foi alvo de diversas críticas e de comentários negativos na mídia, o que também contribuiu para a retirada do apoio de classes mais abastadas ao então incumbente. Biroli e Mantovani (2010) realizaram um estudo sobre a maneira como o programa foi tratado pelos meios de comunicação às vésperas do pleito de 2006, demonstrando que muitos jornais tratavam do PBF como manobra “eleitoreira”, em sentido pejorativo, atribuindo-lhe a pecha de terrorismo eleitoral, e colocando

o programa como responsável por uma divisão entre pobres e ricos no país, favorecendo as desigualdades sociais. Por outro lado, conforme Biroli e Mantovani (2010), naquele mesmo ano outros meios enalteciam as conquistas sociais do governo Lula, ressaltando os riscos que a vitória de seu adversário traria, firmando o Bolsa Família como um tema relevante na agenda eleitoral, com destaque nas campanhas eleitorais.

Partindo principalmente das análises de Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007), é possível defender a tese de um realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras, cujo marco é o pleito de 2006, com uma atuação decisiva dos efeitos do PBF.

Esse fenômeno pode ser evidenciado por meio de mapas ou correlações de distribuição dos votos nos municípios, ao longo de algumas eleições presidenciais, a fim de demonstrar que o Partido dos Trabalhadores, a partir de 2006, passou a contar com votos condensados principalmente em cidades pequenas e pobres, notadamente no Nordeste do país.

Como já mencionado, essa concentração de votos seria uma mudança na base “tradicional” do PT, que, conforme aduz a literatura, teria se concentrado nas regiões Sul e Sudeste, em especial grandes metrópoles, nos anos de 1989 a 2002. Nas palavras de Simoni Junior (2017), uma vez que as cidades menores, nordestinas e pobres são as que também receberiam, proporcionalmente, mais investimentos no Programa Bolsa Família, o nexos causal estaria delineado: o PBF ostenta efeitos relevantes e teve forte contribuição para o supramencionado realinhamento eleitoral ocorrido em 2006.

Zucco (2008) e Canêdo-Pinheiro (2015) vão além, defendendo que não obstante o efeito eleitoral do Bolsa Família, o realinhamento também correspondeu a uma inclinação histórica de “governismo” no país, que assinala a tendência dos cidadãos mais pobres ou moradores de localidades menos desenvolvidas a optar pelo voto no candidato situacionista, independentemente de seu partido ou de suas realizações no múnus público.

Zucco (2008), ao analisar dados sobre as eleições de 2006, destaca que o fenômeno do Bolsa Família não explica, sozinho, a reeleição de Lula. Todavia, em seu primeiro mandato, Lula superou os governos passados e aperfeiçoou não apenas o próprio sistema de transferência de renda, que hoje tem uma maior diferença na vida das pessoas e na economia dos municípios mais pobres, mas também a capacidade do governo de reivindicar crédito para a iniciativa. Aliado a um bom momento econômico, tal fator pode explicar a mudança de eleitorado e também a sua reeleição.

Naturalmente, o crescimento econômico, a política de salário mínimo, as vantagens de ser o incumbente e uma atenção diferenciada a alegações de corrupção são fatores que não podem ser ignorados quando da análise da eleição lulista de 2006. Todavia, conforme

mencionam Zucco e Power (2013), não se pode afastar o papel importante e independente que o Bolsa Família teve neste contexto.

Com efeito, é possível identificar políticas bem sucedidas que justifiquem, ainda que parcialmente, a considerável votação do ex-presidente Lula nas eleições de 2006. Mesmo não logrando êxito na elevação das taxas de crescimento do PIB, o primeiro governo do petista manteve uma política monetária equilibrada e taxas de juro decrescentes, garantindo estabilidade de preços e um ambiente propício a investimentos. Além disso, como destacam Abensur, Cribari-Neto e Menezes (2007), o Bolsa Família tem impacto inegável no sucesso eleitoral de Lula. Os autores mencionam que, conforme o Censo de 2000, 33% dos brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza, sendo 16% considerados miseráveis. O sucesso da política em retirar parte da população da indigência, inevitavelmente, concedeu ao ex-presidente imensa popularidade.

Corroborando este entendimento, Cribari-Neto e Souza (2013) verificam que, embora o bom momento econômico tenha contribuído em certa medida com a reeleição de Lula, não foi capaz de afastar a influência do investimento em Programas de Transferência de Renda. Os autores demonstram que, se os gastos com programas assistenciais fossem mantidos nos níveis de 2002, isto é, sem aumento nos investimentos durante os quatro anos de mandato, a votação do ex-presidente Lula em 2006 teria uma redução de aproximadamente 7 milhões de votos. Por outro lado, se não tivesse havido nenhum crescimento econômico neste mesmo recorte temporal, a redução de votos seria menor, no patamar de 2 milhões. Importante mencionar que, segundo Cribari-Neto e Souza (2013), mesmo com essas hipotéticas reduções de votos, o ex-presidente Lula seria reeleito, dado que a diferença entre os votos de Lula e de Geraldo Alckmin foi de 22%, o que corresponde a aproximadamente 21 milhões de votos. Ainda assim, resta inegável a influência eleitoral positiva dos programas de transferência de renda, em especial do Bolsa Família.

De fato, a magnitude do programa não pode ser ignorada. Conforme demonstram os estudos de Nicolau e Peixoto (2007), o PBF iniciou-se em 2003, quando dispunha de 570 milhões de reais de orçamento. No fim do primeiro mandato, os recursos cresceram 13 vezes e o programa transformou-se no principal projeto na área social, com 7,524 bilhões investidos em 2006.

É evidente que nem todos os eleitores mais pobres se beneficiaram diretamente do PBF. Ainda assim, a pesquisa de Zucco e Power (2013), que levava em consideração tanto os diretamente beneficiados como aqueles que tinham na família ou dentre seus conhecidos algum

beneficiário do programa, logrou evidenciar que houve uma mudança significativa na quantidade de eleitores das faixas de menor renda que apoiaram Lula em 2002 e 2006.

Nessa esteira, Abensur, Cribari-Neto e Menezes (2007) realizam uma simulação das proporções de votos estimadas em Lula para o pleito de 2006, considerando os seguintes cenários hipotéticos: (1) aumento de 20%, (2) redução de 10% e (3) redução de 50% no número de famílias beneficiárias pelo PBF. Os autores observaram que, no primeiro cenário, haveria um aumento médio de 2% na votação de Lula, no segundo cenário, uma redução de aproximadamente 1,2% e, no terceiro cenário, uma redução de 8% dos votos. Os resultados obtidos pelo estudo mostram que, de modo geral, as proporções de votos em Lula aumentam com o incremento do Bolsa Família e diminuem com reduções nos investimentos no programa. Nesse contexto, a principal conclusão de Abensur, Cribari-Neto e Menezes (2007) é que o PBF teve impacto significativo nas eleições presidenciais de 2006. Corrêa (2015) também identificou que o desempenho eleitoral de Lula entre 2002 e 2006 melhora à medida que a cobertura do Bolsa Família cresce e piora à medida que o tamanho da classe alta cresce.

Além da mudança dos estratos sociais das bases de Lula, a literatura especializada também se ocupou de sua concentração geográfica. Os estados da Federação com maiores concentrações de investimento no PBF foram Bahia (1.410.131 famílias), Minas Gerais (1.177.427 famílias) e São Paulo (1.113.244 famílias), com populações de, em 2006, 13 milhões, 19 milhões e 40 milhões, respectivamente. Em seguida estão os estados do Nordeste, mais pobres, cuja renda domiciliar per capita média regional era de R\$ 180,53 (ABENSUR; CRIBARI-NETO; MENEZES, 2007). Ainda, Nicolau e Peixoto (2007) demonstram que foi na Região Nordeste, com 53,7% do total de recursos, que se concentrou a maior porcentagem de investimentos no PBF. Convergindo com o direcionamento dos valores, verifica-se a ocorrência de um aumento nas proporções de votos de 2002 para 2006 na Região Nordeste, ao passo em que em outros treze estados houve redução nas proporções de votos, notadamente nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Sob uma perspectiva da redução das desigualdades regionais, conforme pontuam Abensur, Cribari-Neto e Menezes (2007), há uma justificativa para o maior investimento do programa na Região Nordeste, já que a renda domiciliar per capita média regional era de R\$ 180,53 (cento e oitenta reais e cinquenta e três centavos), uma das mais baixas do país. Outrossim, as análises de Nicolau e Peixoto (2007) também indicam que os recursos do Programa foram destinados, sobretudo, para as áreas mais frágeis eleitoralmente em 2002. Ao final de 2006, o programa já cobria cerca de 19% da população brasileira, mas a taxa de cobertura variava enormemente entre os municípios do país. Vislumbrou-se uma alta correlação

entre a cobertura do programa e a votação de Lula no nível municipal, o que leva a argumentar que o Bolsa Família teve papel determinante em seu desempenho eleitoral.

A cobertura do PBF é um fator bastante relevante na compreensão dos votos recebidos por Lula em 2006. Marques *et al* (2011) também identificaram forte relação entre o voto no candidato petista no 2º turno das eleições de 2006 e o peso do PBF na população total de cada município. Nesse estudo, os autores concluíram que quanto maior a faixa de cobertura em relação à população total, maior a proporção de votos válidos recebidos pelo candidato. Mesmo quando os municípios não são agregados em faixas de cobertura, sendo o grau de dispersão bastante significativo, o PBF explica sozinho 45% dos votos.

Já Nicolau e Peixoto (2007) identificam que, mesmo que outros fatores fossem mantidos constantes, como a região geográfica e o IDHM-Renda, cada 100 reais de aumento per capita no investimento do Bolsa Família ocasionava um acréscimo de 3% na votação de Lula nos municípios.

Biroli e Mantovani (2010) mencionam que a mobilização dos meios de comunicação, inclusive a fim de enviesar as preferências dos segmentos mais pobres do eleitorado, foram capazes de promover um grande efeito manipulador, encobrindo até mesmo os escândalos de corrupção em que o ex-Presidente se encontrava envolvido. Com efeito, como menciona Howlett (2000), muitos governos desenvolvem um renovado interesse em tipos de instrumentos de políticas que podem lidar com as complexidades do gerenciamento da opinião pública. No caso do Bolsa Família, a tomada da decisão pela implementação e continuidade da política pública envolveu um balanço das perdas e ganhos eleitorais que, ao final, gerou bons resultados.

Passando ao pleito de 2010, quando a sucessora de Lula pela legenda petista foi eleita, o efeito do PBF também se fez presente. Os estudos de Kerbauy (2011) demonstram que as percepções do eleitorado sobre os programas sociais de redistribuição de renda possuem relação com seu comportamento nas urnas. Perguntados se conheciam ou já teriam ouvido falar desses programas 45,3% dentre os eleitores de Dilma disseram que sim, ao passo em que, dentre os eleitores de Serra, apenas 26,9% responderam afirmativamente.

Ainda sobre a relevância de ser beneficiário ou conhecer alguém que o seja, a autora concluiu, para o pleito de 2010, que os índices possuem o condão de explicar a opção de votos, regionalmente. Os respondentes, quando questionados sobre participação direta em algum programa de redistribuição de renda do Governo Federal, respondiam, em sua maioria, não participar do programa. Apesar disso, o maior número de respostas positivas foi encontrado nas regiões Norte e Nordeste, destacando especialmente o Programa Bolsa Família.

Embora os altos percentuais de respostas negativas no estudo de Kerbauy (2011) possam indicar que a participação direta ou indireta não foi determinante para a escolha dos candidatos, ainda foi possível verificar, dentre os que votaram em Dilma, que o PBF é o que parece estar mais vinculado ao voto. Outro ponto de interesse é que, mesmo que o PBF não tenha sido responsável pela opção do voto, pode ter influenciado outras ações relacionadas ao pleito de 2010. Como exemplo disso, a autora pontua que 94,1% dos eleitores que anularam e 90,2% dos que votaram em branco, não eram beneficiários do PBF.

A autora arremata a importância do PBF nas eleições de 2010 esclarecendo que o fato de ter algum familiar ou conhecido participando do programa pareceu influenciar mais o voto do respondente que sua própria participação – efeito que foi observado tanto para os que votaram em Dilma quanto para os que votaram em Serra, pois, dentre os que votaram no peessedebista, mais da metade respondeu negativamente sobre conhecer algum beneficiário.

Aliado a esses achados, a análise do padrão geográfico das votações de Lula (2006) e Dilma (2010) feita por Nicolau (2014) apresenta diversas convergências, já que seus nichos geográficos eleitorais são basicamente os mesmos: a região Nordeste como um todo, o estado do Amazonas e o nordeste de Minas Gerais. Igualmente, seus redutos de oposição foram mantidos.

Apesar da semelhança geográfica, contradizendo parcialmente os achados de Kerbauy (2011), Nicolau (2014) não encontrou significância estatística para a variável do Bolsa Família nas eleições de 2010. Segundo o autor, há algumas explicações para isso, ambas de natureza técnica: uma delas é a alta concentração de beneficiários do programa entre os indivíduos de baixa escolaridade (na amostra, 64% dos beneficiários têm fundamental incompleto e nenhum tem curso superior). Ou seja, a forte associação entre baixa escolaridade e os beneficiários do Bolsa Família pode ter reduzido o efeito desta no modelo estatístico elaborado. A outra explicação recai sobre a forma como a questão foi formulada no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010, pois indagava-se se o(a) entrevistado(a) era beneficiário(a), sem incluir na pergunta a possibilidade de algum(a) outro(a) outro(a) morador(a) da residência ser beneficiário(a), o que provavelmente subestimou o número de beneficiários na amostra, e, conseqüentemente, pode ter afetado a estimativa estatística.

Por outro lado, Almeida e Souza (2015), que utilizaram análise em nível macro (cidades) e não de nível micro (indivíduos), tal como Nicolau (2014), encontraram relações positivas e estatisticamente significativas entre a eleição de Dilma e o PBF, em 2010. Os autores identificam que o gasto per capita com o PBF revelou uma influência positiva em relação aos votos da ex-presidente Dilma na região Nordeste. Isto é, municípios com maiores graus de

investimento em PBF apresentaram maiores percentuais de voto em Dilma. Ademais, os autores encontraram relação entre percentual de pobreza e voto, no sentido em que os municípios com maiores percentuais de pobreza foram os que mais tiveram votos em Dilma. Por fim, os estudos também demonstraram que, na região nordeste, quanto maior o percentual de votos para Lula em 2006, maior a direção e votos para a candidata Dilma.

A literatura sobre o PBF demonstra, em linhas gerais, que a cobertura do programa teve inegável impacto eleitoral. Marques et. al (2011) elucidam que uma vez não encontrada nenhuma sistematicidade significativa de influência das variáveis-controle sobre o vínculo do PBF com os resultados da eleição presidencial de 2006, observa-se forte relação direta entre o PBF e o resultado do pleito.

Nesse contexto, é forçoso também reconhecer que não basta que o governo institua um programa social, mas que seu eventual sucesso lhe seja efetivamente atribuído. Kerbauy (2011) investigou a relação entre conhecimento e participação nos programas de distribuição de renda e o impacto na percepção política e no voto, utilizando os dados do survey Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado após as eleições de 2010.

Essas análises demonstram um elevado índice de respostas positivas à pergunta: "Você conhece ou já ouviu falar sobre os programas sociais de redistribuição de renda?", o que demonstra o nível de divulgação do tema entre os entrevistados, principalmente entre os eleitores das regiões Norte e Sul. Dentre os entrevistados que declararam ter votado em Dilma, sucessora de Lula, 45,3% responderam afirmativamente à questão, contra apenas 26,9% dos que votaram em Serra, seu opositor.

Com efeito, em seu primeiro mandato, Lula superou os governos passados e aperfeiçoou o próprio sistema de transferência de renda, que efetivamente operou mudanças na vida das pessoas e na economia dos municípios mais pobres, destaca Zucco (2008). Mais do que isso, teve a capacidade de reivindicar crédito para si pela iniciativa. Aliado a um bom momento econômico, o autor ressalta que tal fator pode explicar a mudança de eleitorado e também a vitória do ex-Presidente.

Certamente o PBF ostentou resultados positivos para a sociedade de modo geral. Contudo, não se pode ignorar resultados como os da análise de Nicolau e Peixoto (2007) que demonstram que os recursos do programa foram destinados, sobretudo, para as áreas mais frágeis eleitoralmente em 2002, com o intuito de fortalecer a reeleição do presidente.

O estudo de Nicolau e Peixoto (2007) mostra ainda que, independentemente de quaisquer fatores que devam ser considerados, a correlação entre o percentual de votos obtidos por Lula e os gastos do Bolsa Família é expressiva: $r = 0,72$ no primeiro turno e $r = 0,69$ no

segundo turno, o que sustenta a tese de que Lula obteve mais votos, percentualmente, nos municípios que receberam mais recursos per capita do Programa Bolsa Família.

O balanço da discussão da literatura especializada indica que há relação entre políticas de transferência de renda e voto no Brasil. O mecanismo dessa relação indica que as regiões mais pobres e, portanto, as mais atendidas pela política pública são as que apresentam percentual mais elevado de voto ao candidato incumbente, responsável pela operacionalização da política pública. Os resultados são robustos para o período temporal, política e cargo político investigados pela literatura especializada, de modo a consubstanciar indícios de que tais efeitos eleitorais também possam ser reproduzidos a nível estadual. Logo, a hipótese que norteia este trabalho segue o mesmo sentido:

Hipótese: quanto maiores os percentuais de investimentos em políticas públicas de transferência de renda, mais elevado o número de votos nos candidatos incumbentes a governador do estado.

3. Dados e técnicas

Nesse tópico são explicitadas informações sobre unidade de análise, fonte de dados, variáveis e testes estatísticos relacionados à dimensão empírica da dissertação.

3.1. Unidade de análise

A unidade de análise é o município, uma vez que todas as variáveis se atem a alguma característica desse ente federado. Logo, nenhuma análise aqui desenvolvida pode transbordar ao município, referindo-se ao estado de Goiás e aos eleitores goianos, sob pena de se incorrer em relações espúrias. Nesse escopo, relevante justificar a escolha por trabalhar com essa unidade de análise.

Os estudos sobre o impacto eleitoral do Programa Bolsa Família, utilizados como paradigma no presente trabalho, apresentam duas opções tradicionais de unidade de análise: o ente federado (municípios ou estados) – dados agregados; e o próprio indivíduo (eleitor), por intermédio de *surveys*.

Como bem pontua Simoni Junior (2017), de modo geral, os trabalhos realizados com a utilização de dados agregados tendem a confirmar a hipótese de que o Bolsa Família ostentou impacto nas eleições presidenciais, demonstrando uma relação positiva com o desempenho do PT entre 2006 e 2014¹².

Por outro lado, estudos a nível individual encontram resultados divergentes. Como ressalta Simoni Junior (2017), ao passo em que Lício *et al.* (2009), Zucco e Power (2013), e Zucco (2013; 2015) identificam a existência de efeito do PBF nas eleições petistas, Bohn (2013), Nicolau (2014), Peixoto e Rennó (2011) e Amaral e Ribeiro (2016) não constata os mesmos resultados.

E por que essa discrepância? A primeira resposta, frequentemente discutida em trabalhos de comportamento eleitoral, é a de que os entrevistados podem não dizer necessariamente a verdade. Por outro lado, indicadores objetivos não definem o voto.

Certamente, a metodologia e a capacidade explicativa de cada uma das opções não são irrelevantes. Se o uso de dados agregados pode culminar na existência de falácia ecológica, os *surveys* padecem do risco de *social desirability bias* (viés de *desejabilidade social*). Com efeito, o uso de dados agregados permite demonstrar apenas a existência de correlação entre a

¹² Zucco, 2008, 2013; Nicolau e Peixoto, 2007; Pereira *et al.*, 2014.

porcentagem de famílias beneficiadas pela política pública e os votos ao incumbente naquele município. Isoladamente, essas correlações positivas não permitem afirmar que os beneficiários do programa tenham sido responsáveis pela votação.

Autores como Bohn (2013) defendem, portanto, a necessidade de se analisar outros fatores, como a intenção de voto x ser beneficiário da política. Em resposta, todavia, Zucco e Power (2013) afirmam que os *surveys* utilizados pela autora estariam comprometidos diante do lapso temporal entre a eleição e o momento em que os dados foram coletados.

Não se discute aqui o que é consenso: dados agregados não permitem aferir o comportamento individual. O que ocorre é que os dados agregados possuem vantagens: a primeira deles é, por evidente, minimizar os efeitos de respostas enviesadas: os dados são objetivos. Em adição, essa escolha permite explorar os mecanismos de relação entre o PRC e o voto em Goiás, mesmo com a ausência de *surveys* específicos sobre esse assunto no estado.

Existem dados agregados para todo o período de análise, e eles são valores reais, aferidos de maneira objetiva. Assim, embora se perca o efeito da política sobre o indivíduo propriamente dito, ganha-se na confiabilidade dos resultados, o que justifica a presente escolha.

3.2. *Variáveis e fontes de dados*

Neste tópico serão explicitadas as variáveis utilizadas para aferir o grau de influência de cada aspecto objeto do estudo na direção do voto. Assim, a relevância do investimento na política pública será representada pelo grau de cobertura do Programa nos municípios, a economia, pelo Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDM) e a filiação partidária pela identificação de prefeitura situacionista ou não. As fontes dos dados seguem indicadas nos tópicos correspondentes.

3.2.1. Grau de cobertura do Programa Renda Cidadã

Para a obtenção do grau de cobertura do PRC em relação à população total, dividir-se-á o montante investido no Programa no mês de julho do ano objeto de análise - valor informado pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD), pela população estimada para o referido município naquele ano eleitoral, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Assim, cria-se um índice de investimento para cada município que, na análise, variou de 0,05 a 7,01 em 2014 e de 0,81 a 7,84 em 2018.

A opção por criar o índice a partir de um valor mensal é evitar distorções ocasionadas, por exemplo, pelo uso do valor anual – cujo montante pode reduzir ou aumentar significativamente após as eleições, com reflexo nos dados mas não na direção do voto. A escolha pelo mês de julho se deu por duas razões: a primeira, porque a SEAD não dispõe de dados organizados por município para o valor investido nos meses de agosto e seguintes em 2018; a segunda, porque a partir de julho inicia-se o período de condutas vedadas a agentes públicos que proíbe a alteração de políticas de benefício social, sendo certo que esses valores são os que se manterão até a data do pleito.

As limitações de dados para o período restringiram o escopo da pesquisa, que abrangerá apenas os pleitos de 2014 a e 2018 para o cargo de Governador do estado de Goiás. Importa mencionar que, embora se pretendesse analisar todas as eleições desde a criação do PRC, conforme informação do Sistema de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, não há informações sobre a política pública nos anos anteriores à 2011 “em decorrência da migração do sistema de dados local, que era alimentado de forma manual, para uma nova plataforma intitulada ‘Programas Sociais de Goiás – PSG’ (Sistema de Gestão do Programa Renda Cidadã) desenvolvida juntamente com a equipe da Superintendência Central de Tecnologia da Informação da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) atual Secretaria de Estado de Administração (SEAD)”.

A restrição do recorte temporal, todavia, não parece apresentar prejuízos à investigação, uma vez que recairá sobre um pleito de vitória tucana (legenda responsável pela instituição da política pública), e um pleito de derrota do grupo incumbente, permitindo aferir o impacto da política em dois momentos eleitorais aparentemente distintos.

A opção por trabalhar com a população total e não com a população-alvo do PRC, pode ser justificada pelas seguintes razões: a) os eleitores correspondem a uma parcela da população total e não somente da população-alvo; b) não há informações oficiais do voto por faixa de renda, isto é, não é possível delimitar de maneira confiável a direção do voto da parcela mais pobre da população, supostamente beneficiária do PRC; e c) porque os efeitos do PRC não se limitam às famílias beneficiárias, podendo ser percebidos pelo restante da comunidade em que essas famílias se inserem, especialmente em função de uma maior ou menor cobertura em relação à população total.

No que tange a esse reconhecimento, o mesmo pode se dar tanto em razão das relações pessoais como da observação empírica de seu efeito sobre o consumo local, em especial no que tange ao aumento do consumo de alimentos. Destarte, amparado inclusive nas conclusões de

Zucco e Power (2013), é possível trabalhar com a hipótese de que essa percepção pode influenciar na decisão do voto, o que justifica a metodologia adotada neste ponto.

3.2.2. Votos obtidos pelo candidato incumbente

Os votos obtidos pelo candidato incumbente ou por ele apoiado foram disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Os votos nominais recebidos pelo candidato situacionista foram divididos pela população do município, gerando assim um índice de votação que variou de 0,099 a 0,596 para o 1º turno de 2014; de 0,135 a 0,571 no 2º turno do mesmo ano e de 0,014 a 0,377 em 2018.

A opção por trabalhar com os dados tratados dessa forma traz dois benefícios. O primeiro é que utilizar os votos em números inteiros ou em porcentagens torna os valores de votação muito discrepantes da cobertura do PRC, o que não é desejável para fins de análise da correlação. O segundo é que essa construção leva em consideração as diferenças de tamanho entre os municípios, corrigindo a discrepância no peso da votação em cada município.

3.2.3. IDM-Economia

Os efeitos da economia na direção do voto são amplamente debatidos na literatura internacional (DOWNS, 1957; KEY, 1964; KRAMER 1971; FIORINA, 1981; KIEWIET 1981) e nacional (CARREIRÃO, 1999; PEIXOTO E RENNÓ, 2011; BATISTA PEREIRA, 2014).

Fernandes e Fernandes (2017), especificamente, analisaram as eleições municipais e presidenciais de 2000 a 2010 em todos os municípios brasileiros. Os principais resultados apontam para a existência de uma relação significativa entre crescimento econômico local e votação do incumbente em todos os modelos estimados por painel. O estudo dos autores também sinaliza que os gastos municipais com saúde, educação e cultura, além do volume de investimentos, também ostentam associação positiva a uma maior proporção de votos no incumbente. A pesquisa trouxe conclusões favoráveis à hipótese do voto econômico nas eleições presidenciais e municipais no Brasil, evidenciando uma relação significativa entre crescimento econômico local e a votação obtida pelo incumbente. A despeito disso, os autores ressaltam que a relação entre um e outro não é de causalidade, embora a hipótese do voto econômico não possa ser afastada.

Com base, portanto, nos inúmeros achados da literatura, inclui-se a variável referente à situação econômica do município no modelo.

Para os testes a serem realizados, elegeu-se como variável o Índice de Desempenho dos Municípios – IDM, medida que sintetiza parte do contexto socioeconômico dos municípios, segmentados em seis aspectos, a saber: Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança e Trabalho. No total, tratam-se de 37 variáveis selecionadas para aferir o desempenho dos municípios goianos, com o fito de facilitar o diagnóstico e a comparação do desempenho dos municípios e, no caso do presente estudo, subsidiar uma análise da reação de cada município às ações dos governos ao longo do tempo, de acordo com a realidade local. Utiliza-se aqui sua variável economia.

O IDM tem periodicidade bianual, sendo desenvolvido e reproduzido pelo Instituto Mauro Borges - Segplan-GO - Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais. A dimensão Economia do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Economia) é calculada por meio de média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das seguintes variáveis: Valor adicionado (renda gerada) do setor agropecuário; Valor Adicionado do setor industrial; Valor Adicionado do setor de serviços; PIB per capita - soma dos bens e serviços finais produzidos no município dividida pelo número de habitantes; Evolução do PIB nos dois anos anteriores - medida de avaliação do crescimento da economia; e Percentual dos recursos próprios do município na composição da receita total - medida de independência financeira/tributária do município.

A escolha do IDM-Economia em detrimento de indicadores clássicos possui inúmeras vantagens. A primeira delas, evidentemente, é condensar muitas análises em uma só, já que o IDM-Economia já é composto pelo PIB, engloba caracterizações socioeconômicas – leva em consideração o número de habitantes e, portanto, o tamanho do município, considera a renda gerada pelo setor agropecuário (considerando, portanto, as diferenças entre municípios mais ou menos rurais), etc. Além disso, escapa-se do *overfitting* ocasionado pelo uso concomitante de controles como PIB, desemprego e inflação.

3.2.4. Partido do incumbente em prefeituras – alinhamento partidário vertical

A eleição de um prefeito de determinada legenda em dado município, embora não demonstre de forma inarredável a identificação dos indivíduos com aquele partido, ao menos demonstra que ele não é suficientemente rejeitado a ponto de não lograr chances de eleição. Em

adição a isso, tem-se a pressuposição de que em caso de um prefeito aliado à base do candidato a Governador, haverá maiores esforços daquele na promoção da candidatura desse.

Como exemplo da adesão a esse entendimento tem-se os estudos relativos ao impacto do Bolsa Família na votação obtida pelo PT, em especial no pleito de 2006, que levaram em consideração o aspecto da filiação partidária em suas análises, e lograram conclusões relevantes. Zucco (2008) ao investigar se nos casos em que o titular do mandato a nível local pertencendo a um mesmo partido poderia favorecer o candidato à Presidência, obteve dados que demonstram que a presença de um prefeito do PT apresentou um efeito negativo sobre a parcela de votos de Lula, fato de que também se aplica aos governadores estaduais. O efeito negativo reforçava a hipótese do sucesso eleitoral advindo do programa de transferência de renda, apresentando grande relevância para a compreensão do fenômeno.

Analisando as eleições presidenciais e estaduais, Amaral e Tanaka (2016) identificaram alguma coerência por parte do eleitor no que tange a sua escolha em âmbito estadual e para a presidência da República. Conforme demonstram, nos pleitos estaduais “ter votado no governador em 2010 aumenta em mais de 300%, no primeiro modelo, e em mais de 450%, no segundo, as chances de escolher o candidato da situação no pleito de 2014” (Amaral; Tanaka, 2016, p. 13). De igual modo, o voto na candidata Dilma Rousseff para Presidente nas eleições de 2014 aumentava as chances de optar por seus companheiros de legenda concorrendo aos governos estaduais, ao passo em que o voto em Aécio Neves ampliava as chances de escolher candidatos tucanos.

Tudo isso considerado, o alinhamento partidário vertical possui relevância para o modelo, razão pela qual também foi incluído como controle. Para a construção dessa variável, coletou-se junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás dados sobre os prefeitos de cada município goiano entre os anos de 2000 a 2018. Foi produzida assim uma tabela para cada um dos anos de eleição para governador, considerando-se sempre como base os partidos constantes da coligação naquele ano específico. Foram considerados para este fim os prefeitos com mandato vigente e os partidos a que se filiavam em outubro de cada um dos anos estudados, desconsiderando portanto mandatos cassados e observando eventual migração partidária. Para facilitar o tratamento dos dados, atribuiu-se valor 1 aos prefeitos da base, e valor 0 aos prefeitos de oposição, indicando assim ausência ou presença de alinhamento vertical.

Conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, os partidos da base (assim considerados aqueles coligados para a eleição majoritária) eram PRB, PP, PDT, PTB, PSL, PR, PPS, PHS, PMN, PTC, PV, PSDB, PEN, PSD, PT do B e PROS. Em 2018, os partidos da base eram PSDB, PTB, PSB, PR, PSD, PPS, SOLIDARIEDADE, PV, AVANTE e REDE.

3.3. Testes estatísticos

Os dados obtidos e acima descritos foram testados em sistemas de tratamento de dados (R), mediante a realização de teste inferencial de regressão linear, quando pretende-se aferir se existe correlação entre um maior investimento na política pública de transferência direta de renda e uma maior intensidade de votos no incumbente. Também serão objeto de testes as duas outras variáveis explicativas, a saber: IDM-Economia e alinhamento partidário vertical. A análise de dados pode ser expressa da seguinte forma:

Variáveis da Regressão

(1) Dependente:

Votos no candidato incumbente (votos nominais /habitantes)

(2) Explicativas:

Cobertura do Programa Renda Cidadã (valor investido/habitantes)

Alinhamento partidário vertical (prefeitura situacionista)

Situação Econômica do município (IDM-Economia)

Unidade de Análise

Municípios do estado de Goiás (N = 246)

ε = erro

Modelo empírico

votos candidato situacionista = cobertura PRC + alinhamento vertical + IDM + ε

4. A relação entre o PRC e voto para governador em Goiás: evidências empíricas

Nesta seção buscou-se, mediante análise dos dados disponíveis, aferir se a relação entre investimento em políticas públicas distributivas e o voto no incumbente demonstrada na literatura nacional reproduziu-se também no caso goiano do Programa Renda Cidadã.

4.1. *Descrições do caso goiano*

Para o ano de 2014, a cidade com a maior quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa foi Goiânia, com 10.192, seguida por Itumbiara (2.088) e Trindade (1.726). A cidade com menos famílias beneficiadas foram Cachoeira de Goiás e Ouro Verde de Goiás, ambas com 7 unidades familiares cadastradas. O maior valor destinado ao PRC naquele ano foi de R\$ 978.900,00 (novecentos e setenta e oito mil e novecentos reais), e o menor equivaleu a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais). O valor total investido em julho daquele ano foi de R\$ 5.153.760,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta reais).

As cidades com menor IDM-Economia em 2014 foram Itapirapuã (0,78), Urutá (1,10) e Rianópolis (1,19), e as maiores, Goiânia (5,54), Rio Verde (4,35) e Barro Alto (3,84).

Embora as cidades com o maior número de famílias beneficiadas tenham sido Goiânia, Itumbiara e Trindade, as maiores coberturas, isto é, a quantidade de valor investido proporcionalmente em relação ao número de habitantes, concentraram-se em outras cidades: Morro Agudo de Goiás (7,01), Estrela do Norte (6,41) e Avelinópolis (6,35). As cidades com a menor cobertura foram Valparaíso de Goiás (0,05), Itaberaí (0,08) e Planaltina (0,09).

A cidade com maior número de votos por habitante em Marconi Perillo no 1º turno daquele ano foi Água Limpa (18ª maior cobertura do PRC), seguida de Mimoso de Goiás, Morro Agudo de Goiás (maior cobertura) e Avelinópolis (3ª maior cobertura).

Dentre as 246 cidades goianas, as que menos votaram no governador foram Senador Canedo (181ª cidade no ranking de cobertura do PRC), Águas Lindas de Goiás (219ª) e Aparecida de Goiânia (240ª).

Para o 2º turno daquele ano, a maior votação no incumbente por habitantes foi encontrada nos municípios de Mimoso de Goiás, Morro Agudo de Goiás, Água Limpa e Avelinópolis – todas com prefeituras situacionistas. As menores concentraram-se em Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Flores de Goiás, Novo Gama e Valparaíso. Curiosamente, de todas estas, apenas Aparecida de Goiânia tinha um prefeito não integrante da base do governo.

Em 2018, Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, as três maiores cidades do estado, tiveram também o maior número de famílias beneficiadas, com 11.602, 5.527 e 5.115, respectivamente. As cidades com menos famílias beneficiadas foram Anhanguera (31), Davinópolis (37) e Aparecida do Rio Doce (46).

As maiores coberturas do PRC em 2018, considerados os habitantes, foram para Campos Verdes (7,84), Cristianópolis (6,58) e Abadia de Goiás (5,38). As menores concentraram-se em Goiânia (0,81), Rio Verde (0,82) e Valparaíso de Goiás (0,87). O valor total investido em julho de 2018 foi de R\$ 10.643.240,00 (dez milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta reais), um aumento de 106% em relação ao mesmo período na eleição anterior – não considerada inflação e correção monetária.

Neste ano os piores IDM-Economia concentraram-se em Pirenópolis (0,51), Uirapuru (0,67) e Cristianópolis (0,68), e os maiores em Goiânia (5,07), Rio Verde (3,77) e Cachoeira Dourada (3,20)

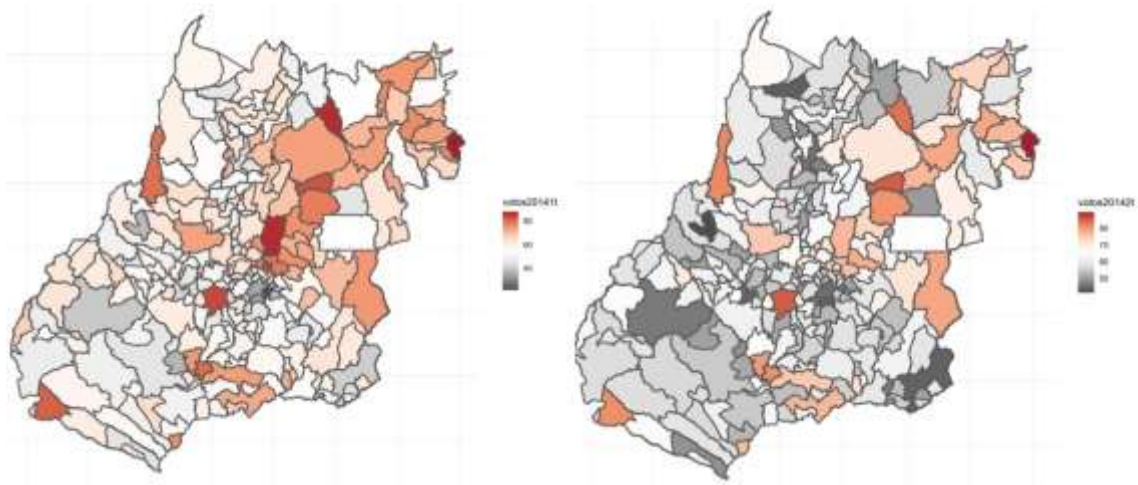
As maiores proporções de votações nominais por habitante em 2018 concentraram-se em Guarani de Goiás (0,37), Mimoso de Goiás (0,36) e Cachoeira de Goiás (0,32). Essas cidades ocupavam, respectivamente, a 48^a, 28^a e 26^a posição no ranking de cidades com as maiores coberturas do PRC, e todas possuíam prefeituras alinhadas partidariamente ao governo. As menores votações se deram em Inaciolândia (0,014), Montividiu (0,017) e Santa Helena de Goiás (0,02), que foram 229^a, 187^a e 206^a colocadas na lista de cobertura por cidade. Dessas, duas possuíam prefeito integrante da base, e apenas uma era governada pela oposição.

Quanto ao alinhamento partidário, vê-se que foi estável entre os pleitos. Em 2014, haviam 138 prefeituras alinhadas partidariamente ao governo, contra 108 não alinhadas verticalmente. Em 2018, 111 não integravam a base, ao passo em que 135 encontravam-se eleitoralmente alinhadas.

4.2. Distribuição espacial das variáveis

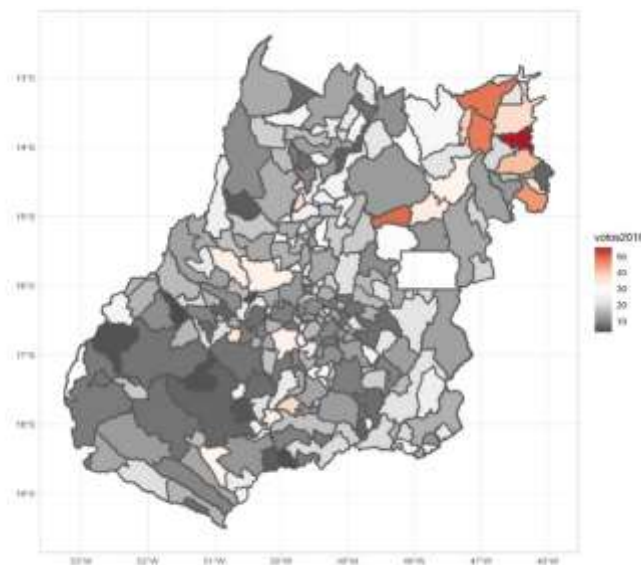
A partir dos mapas 1, 2 e 3, verifica-se que, no ano de 2014, ano em que o então incumbente, o peessedebista Marconi Perillo logrou-se reeleito, a sua votação distribuiu-se geograficamente de média para alta intensidade em grande parte dos municípios goianos. Em 2018, o tucano José Eliton, por outro lado, obteve baixa votação em grande parte das cidades, sendo derrotado logo em primeiro turno pelo atual Governador, Ronaldo Caiado. Há nítida concentração geográfica de sua alta intensidade de votos no nordeste goiano, região de seu nascimento e dos seus primeiros passos do candidato na política estadual.

Mapas 1 e 2. Voto para governador – 1º e 2º turnos de 2014



Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

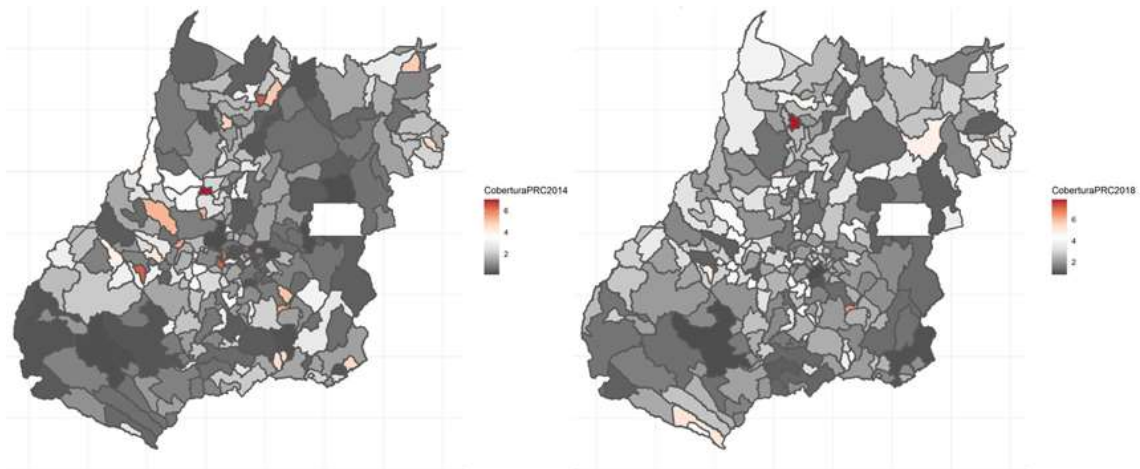
Mapa 3. Voto para governador no 1º turno de 2018



Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

A cobertura do Programa Renda Cidadã, quando confrontada com a população total dos municípios, apresentou baixos índices gerais para ambos os anos de análise, com um leve crescimento no ano de 2018, conforme se vê dos mapas.

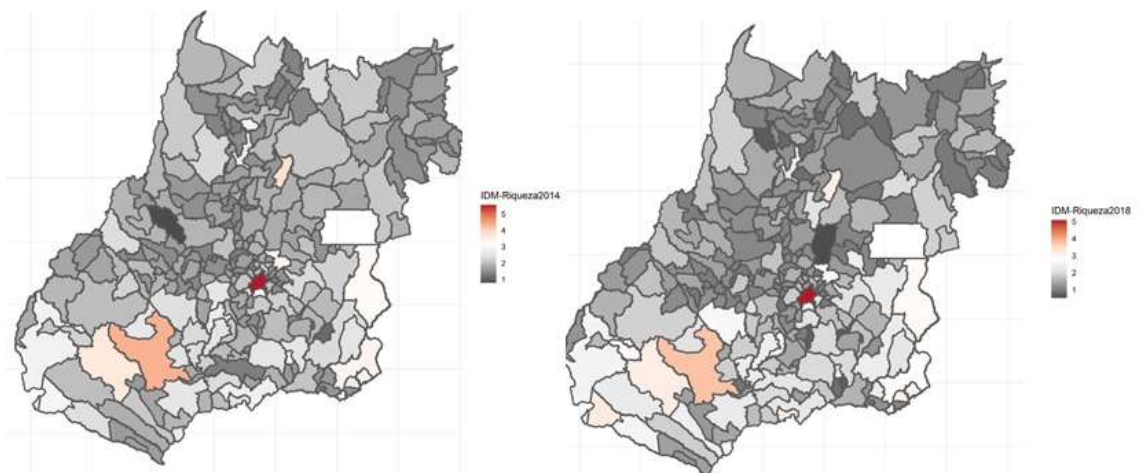
Mapas 4 e 5. Cobertura de PRC em 2014 e em 2018



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da SEAD e do IBGE

Por fim, foi representado graficamente o subíndice de economia do IDM, nos mapas 6 e 7 abaixo. Nota-se que há predominância de alta intensidade na região metropolitana, sul e sudoeste goianos, que forma um contraste com o restante do estado, especialmente as regiões norte, nordeste e noroeste.

Mapas 6 e 7. Subíndice economia no IDM



Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Mauro Borges (IMB)

4.3. Testes estatísticos para voto e cobertura do Programa Renda Cidadã

Sendo a cobertura do programa a hipótese de pesquisa, a análise dessa variável mereceu maior atenção. Sobre ela, foi possível extrair alguns pontos interessantes para cada um dos turnos e eleições analisados, conforme explicações que se seguem.

Analisando o gráfico de dispersão e os detalhes dos resíduos da Cobertura do PRC 2014 e os votos conseguidos pelo incumbente em 2014, é possível extrair que, ainda que a correlação não seja alta, as cidades que mais tiveram cobertura do PRC em 2014 também votaram de forma mais forte no partido do governador no mesmo ano no primeiro e segundo turno

Gráfico 2 – Relação entre Cobertura do PRC e votos no 1º turno de 2014

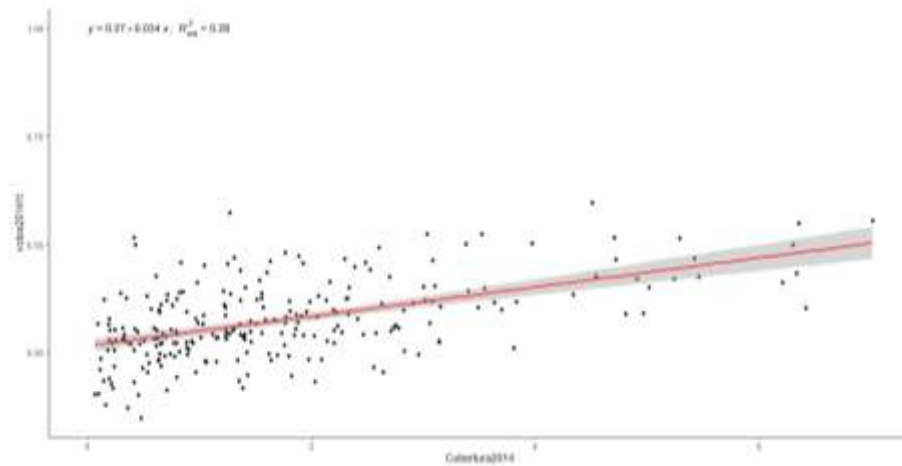
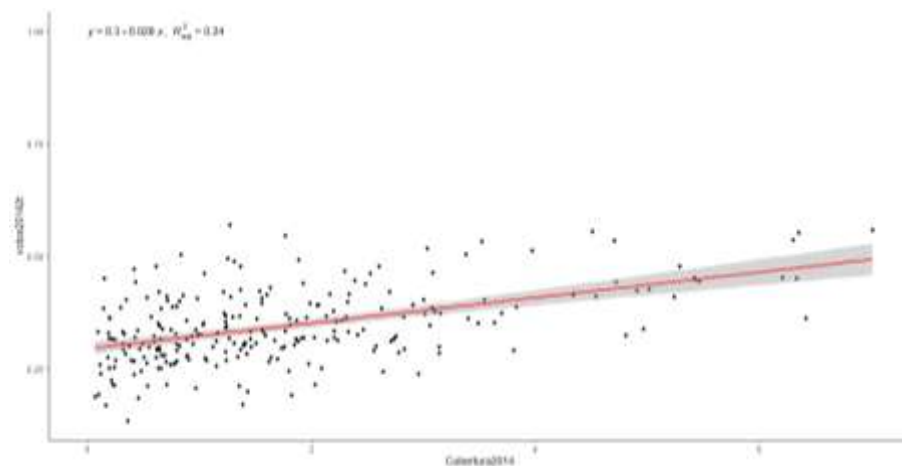


Gráfico 3 – Relação entre Cobertura do PRC e votos no 2º turno de 2014



Para ambos os turnos, vê-se que o aumento do investimento na política aumenta o índice de votos no incumbente, mas não de maneira decisiva, já que a subida da reta não é acentuada. A maioria dos municípios concentra-se no início do gráfico, com baixas coberturas do Programa Renda Cidadã. Vê-se também que grande parte dos municípios com maiores votações no incumbente contaram com pouca cobertura do PRC, evidenciando as baixas correlações já mencionadas entre as duas variáveis.

Analisando os resíduos também é possível ver, pelos gráficos abaixo que a uma boa homocedasticidade, os resíduos seguem uma normal e há poucos *outliers* relevantes:

Gráfico 4 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos no 1º turno de 2014

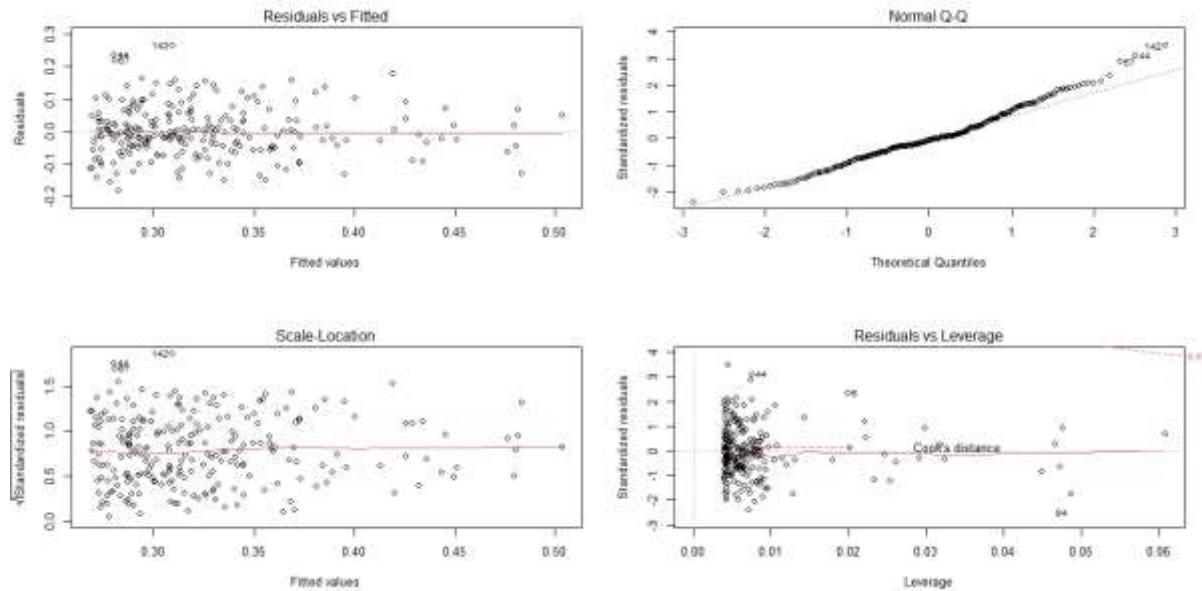
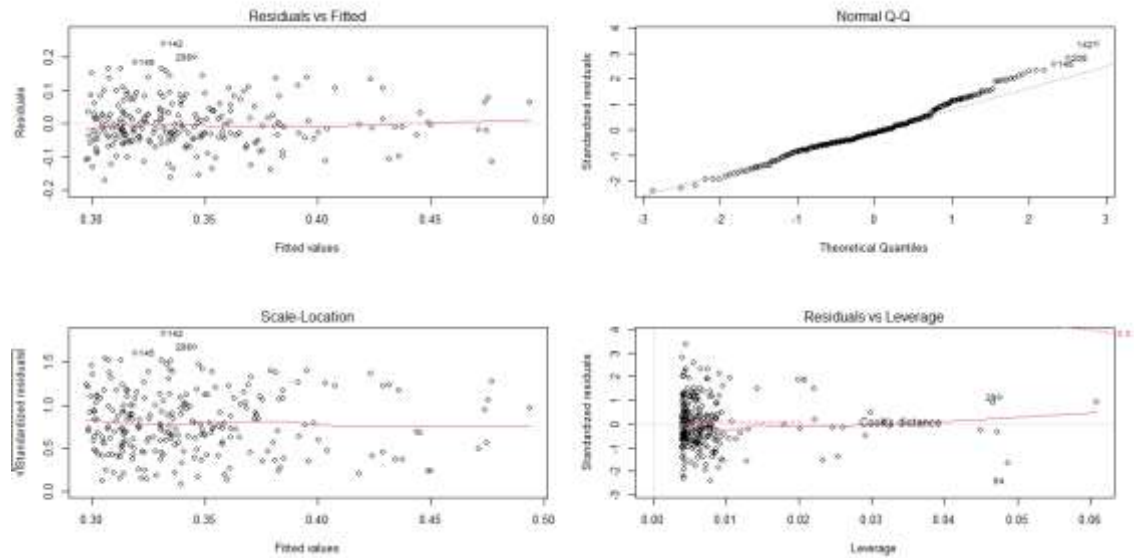
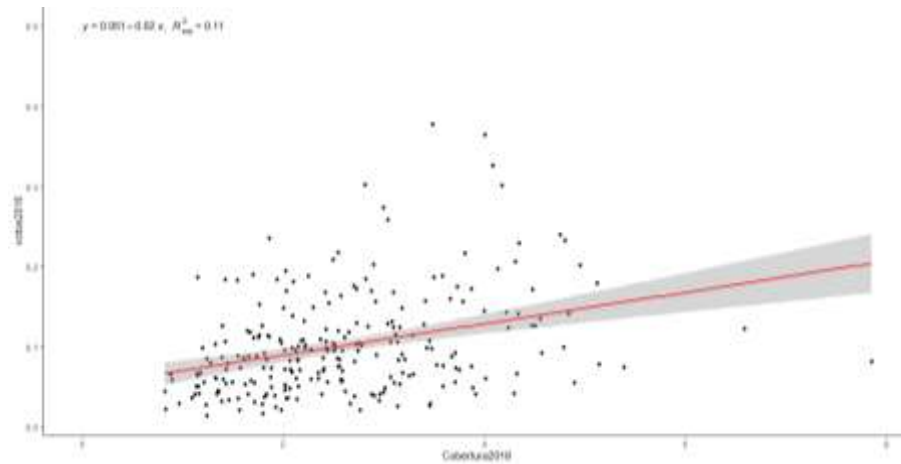


Gráfico 5 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos no 2º turno de 2014



A análise da Cobertura do PRC 2018 e dos votos conseguindo em 2018 traz o seguinte gráfico:

Gráfico 6 – Relação entre Cobertura do PRC e votos em 2018

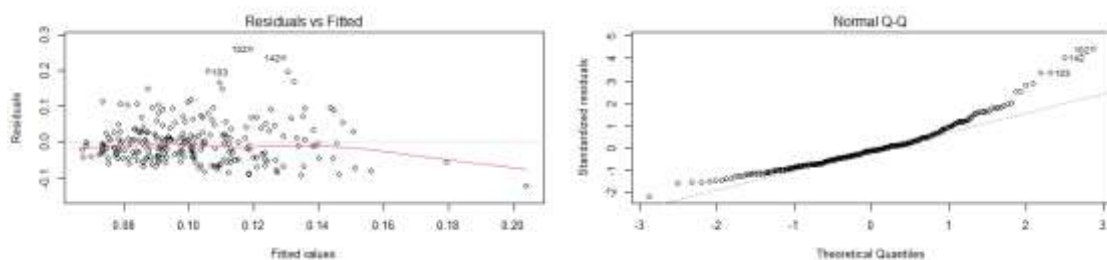


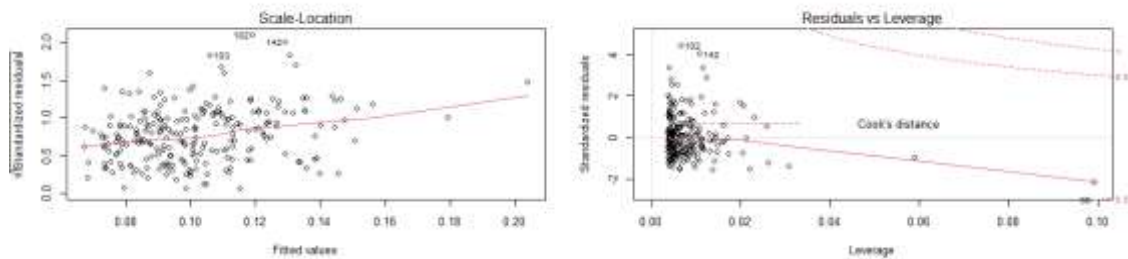
Como é possível ver no gráfico, ainda que a correlação seja baixa (conforme demonstrado anteriormente), as cidades que mais tiveram cobertura do PRC em 2018 também tiveram mais chances de votar no incumbente em 2018. O gráfico demonstra o aumento nos investimentos na política nesse ano, com a reta iniciando-se mais distante do marco 0 do eixo x. Apesar disso, a votação nos municípios concentra-se mais fortemente no início do eixo y, demonstrando a baixa adesão do candidato peessedebista nessas eleições – derrotado já em 1º turno.

Para essa eleição, embora os votos certamente concentrem-se nos menores indicadores, vê-se uma maior quantidade de casos desviantes nessas eleições, que afastam-se da reta.

Analisando os resíduos também é possível ver, pelos gráficos abaixo que a uma boa homocedasticidade, os resíduos seguem uma normal e há poucos *outliers* relevantes (ainda que mais do que observados em 2014):

Gráfico 7 – Resíduos e distribuição - Cobertura do PRC e votos em 2018





Os testes de normalidade dos resíduos (Shapiro Test) indicam normalidade do teste - embora haja *outliers* positivos, a regressão não resta comprometida.

4.4. Modelo empírico

Nesta seção apresenta-se o modelo empírico relacionado a eleição para governador nos anos de 2014 e 2018 nos municípios goianos. Foi utilizado o modelo de regressão linear, a fim de investigar a relação entre os votos recebidos pelo incumbente, proporcionalmente à população de cada município e as variáveis cobertura do programa e economia, contínuas. Seguem os modelos.

Tabela 1 – Cobertura do Programa e Votos para Governador¹³

Variável	Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 1º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 2º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2018	
	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança
Intercepto	0.27 ***	0.25 – 0.28	0.30 ***	0.28 – 0.31	0.05 ***	0.03 – 0.07
Cobertura do PRC em 2014	0.03 ***	0.03 – 0.04	0.03 ***	0.02 – 0.03		
Cobertura do PRC em 2018					0.02 ***	0.01 – 0.03
Casos	246		246		246	
R ² / R ² ajustado	0.284 / 0.281		0.240 / 0.237		0.115 / 0.111	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

A regressão linear para o investimento na política pública de transferência de renda e voto demonstra que a variável foi significativa, com $p < 0,001$ para todos os testes. Vê-se que, para cada ponto de aumento na cobertura do Programa, o incumbente receberia 0,03 de aumento nos votos em ambos os turnos da eleição de 2014 e 0,02 no pleito de 2018. Esse aumento não

¹³ Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo TRE-GO, SEAD e IMB.

é irrelevante, notadamente quando se considera que o índice de votação variou de 0,099 a 0,596 para o 1º turno de 2014; de 0,135 a 0,571 no 2º turno do mesmo ano e de 0,014 a 0,377 em 2018.

A leitura do valor do R² confirma que a variável possui relevância, já que explicou 28% do voto no 1º turno de 2014 e 24% no 2º turno. Por outro lado, em 2018, quando os investimentos no programa foram aumentados significativamente, esse valor caiu para 11% de poder explicativo.

Tabela 2 – IDM e Votos para Governador¹⁴

Variável	Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 1º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 2º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2018	
	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança
Intercepto	0.42 ***	0.38 – 0.46	0.41 ***	0.37 – 0.45	0.15 ***	0.13 – 0.17
IDM 2014	-0.05 ***	-0.07 – -0.03	-0.04 ***	-0.05 – -0.02		
IDM 2018					-0.03 ***	-0.04 – -0.02
Casos	246		246		246	
R ² / R ² ajustado	0.085 / 0.081		0.054 / 0.050		0.077 / 0.073	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Para economia e voto, o modelo indica que a variável foi significativa, com $p < 0,001$ para todos os testes. Aqui, tem-se o efeito oposto: para cada ponto em que aumenta o IDM-Economia do município, o candidato situacionista apresenta uma perda de 0,04 nos votos no 1º turno de 2014 e 0,04 no 2º. Em 2018, a perda é de 0,03 – novamente, valores não irrisórios quando considerada a variação entre o menor e o maior índice de votação naquelas eleições. Reforça-se assim a hipótese de que quanto pior seja a situação econômica do município, maior a chance de voto no incumbente e de manutenção do *status quo*.

Dada a natureza binária do alinhamento partidário, foi utilizado o modelo de regressão logística, que apresentou os seguintes resultados:

Tabela 3 – Alinhamento partidário e votos para Governador¹⁵

	Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 1º turno	Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 2º turno	Votos no incumbente nas Eleições de 2018
--	---	---	--

¹⁴ Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo TRE-GO, SEAD e IMB.

¹⁵ Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo TRE-GO.

Variável	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança
Intercepto	0.57 ***	0.34 – 0.80	0.61 ***	0.34 – 0.88	0.42 ***	0.31 – 0.54
Alinhamento partidário 2014	-0.02	-0.71 – 0.67	-0.14	-0.90 – -0.62		
Alinhamento partidário 2018					1.22 *	0.24 – 2.21
Casos	246		246		246	
R ² Nagelkerke	0.000		0.001		0.027	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

O modelo demonstra que o alinhamento partidário não favoreceu o incumbente nas eleições de 2014, dados os valores negativos e sem significância estatística. Em 2018, por outro lado, o alinhamento partidário apresentou alto coeficiente. Apesar disso, explicou apenas 2% dos votos, o que não torna essa variável satisfatória para explicar o fenômeno em nenhum dos anos de análise.

Também foram realizados testes de correlação entre a diferença entre o investimento no ano anterior ao da eleição e aquele aplicado no ano do pleito, a fim de medir se o aumento ou diminuição dos valores direcionados também ostentou impactos relevantes no resultado eleitoral. Para o ambos os turnos de 2014, o coeficiente foi de 0,12, com p-valor significativo = 0,05. Para 2018 a correlação foi de 0,02, com p-valor de 0,6, não significativa. Assim, tem-se de modo geral que as alterações no investimento na política entre o ano que antecede e aquele em que ocorrem as eleições não são relevantes para o resultado do pleito.

4.5. Análise multivariada e inferência para voto para governador

Busca-se no presente identificar não somente as relações bivariadas para explicar a direção do voto, mas também colocar as variáveis explicativas em disputa, a fim de se analisar qual a associação e a intensidade dessa associação com a variável dependente.

A opção pela regressão multivariada, utilizando um modelo linear, se dá porque no caso das variáveis preditoras são independentes, ou seja, conforme demonstrado no tópico anterior, não estão fortemente relacionadas entre si (não há multicolinearidade). Ademais, a variável voto não é binária, isto é, a construção do índice não se deu por “candidato incumbente eleito ou não eleito”, mas de um índice construído a partir dos votos nominais recebidos pelo incumbente dividido pela população do município.

Pelos testes estatísticos realizados em software de tratamento de dados (R), foi possível obter os seguintes coeficientes:

Tabela 4 – Regressão multivariada¹⁶

Variável	Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 1º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2014 – 2º turno		Votos no incumbente nas Eleições de 2018	
	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança	Coefficiente	Intervalo de Confiança
Intercepto	0.32 ***	0.28 – 0.36	0.33 ***	0.29 – 0.37	0.08 ***	0.04 – 0.11
Cobertura do PRC em 2014	0.03 ***	0.02 – 0.04	0.03 ***	0.02 – 0.03		
IDM- Economia 2014	-0.02 *	-0.04 – -0.00	-0.01	-0.03 – 0.00		
Alinhamento partidário 2014	-0.01	-0.03 – 0.01	-0.01	-0.03 – 0.01		
Cobertura do PRC em 2018					0.02 ***	0.01 – 0.02
IDM-Economia 2018					-0.02 *	-0.03 – -0.00
Alinhamento partidário 2018					0.02 *	0.00 – 0.03
Casos	246		246		246	
R ² / R ² ajustado	0.302 / 0.294		0.249 / 0.240		0.153 / 0.143	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Vê-se da análise que a cobertura do Programa Renda Cidadã para os anos de 2014 e 2018 apresenta um coeficiente positivo e baixo. Conforme ponderado no tópico 4.3, deve-se ter em mente que o índice construído para medir a votação no candidato incumbente varia de 0,099 a 0,596 para o 1º turno de 2014; de 0,135 a 0,571 no 2º turno do mesmo ano e de 0,014 a 0,377 em 2018, de modo que o aumento de 0,03 e 0,2 não é completamente irrelevante.

Nesse modelo também é possível observar que o PRC aumentou seu poder explicativo sobre o voto no 1º turno de 2014, passando a 30%, e em 2018, justificou sozinho 15% da direção do voto.

A despeito dessas ponderações, o baixo coeficiente, ainda que positivo, demonstrando algum aumento de votos dado o aumento dos investimentos por habitante, não permite inferir que o acréscimo nos valores investidos seja capaz de beneficiar significativamente o

¹⁶ Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo TRE-GO, SEAD e IMB.

incumbente, notadamente quando considerado que entre os anos de 2014 e 2018 o valor investido dobrou, ao passo em que a influência do PRC no voto apresentou decréscimo de 0,01.

Quanto à riqueza, vê-se novamente uma relação inversamente proporcional: os municípios com maiores Índices de Desenvolvimento são os que apresentam menores percentuais de votos no incumbente, o que, conforme já mencionado, reforça o ideal de que municípios mais pobres tendem a votar mais no incumbente, como reflexo do medo de piora no *status quo*. Apesar disso, o baixo coeficiente não permite produzir inferências. Itapirapuã, por exemplo, com o pior IDM-Economia em 2014, ocupou o 38º lugar entre os municípios que mais votaram em Marconi no 1º turno de 2014, ao passo em que o terceiro pior IDM-Economia daquele ano, Rianápolis, ocupou a 120ª posição.

O alinhamento vertical partidário não apresentou significância estatística alguma para o ano de 2014, em nenhum dos turnos. Em 2018, possui coeficiente baixo e positivo, com p-valor ainda significativo, mas sem poder explicativo sobre o voto – em especial quando considerado que em 2014 o incumbente sagrou-se eleito sem qualquer interferência dessa variável, quando em 2018, o 0,02 de aumento que ela ocasionou no índice não foi capaz de interferir na derrota tucana nas urnas.

5. Considerações finais

Buscou-se verificar se o maior investimento dirigido a uma política pública tem o condão de angariar mais votos ao candidato situacionista, assim entendido o governante candidato à reeleição e os componentes de seu grupo político. Mais especificamente, investigou-se se os efeitos de um programa de transferência direta de renda podem influenciar significativamente as eleições também em nível subnacional, neste caso, para o governo do estado.

Ao longo do empreendimento da pesquisa, foi possível estabelecer que a literatura reconhece o impacto do investimento em políticas públicas na direção do voto, como exemplo do fenômeno observado nas votações petistas ao longo dos anos de investimento no Programa Bolsa Família. Além disso, a literatura também elenca outros fatores que podem ajudar a prever o voto, a saber, situação econômica do município e o alinhamento partidário vertical.

Para testar a ocorrência desse efeito entre investimento em políticas públicas de transferência direta de renda e voto nas eleições estaduais, foram utilizadas para os modelos empíricos as eleições dos anos de 2014 e 2018 no estado de Goiás, investigando se o Programa Renda Cidadã, política estadual, teria apresentado impacto decisivo no sucesso eleitoral peessedebista em 2014, ou mesmo em seu fracasso eleitoral em 2018. Os efeitos da situação econômica e da preferência partidária também foram objetos de análise.

Os testes estatísticos realizados demonstram correlações muito baixas entre cada variável e o voto, e não comprovaram a interferência direta de nenhuma delas na escolha do eleitor goiano. Embora a hipótese não tenha se confirmado, foi possível observar que quanto maior o investimento na política pública, mais votos eram destinados ao candidato incumbente. No 1º turno de 2014, por exemplo, a análise multivariada indicou que o PRC explicava, sozinho, 30% da direção dos votos. Apesar disso, o volume de investimento não parece ter sido suficiente para se tornar decisivo no resultado eleitoral, tanto que, em 2018, ano com maior investimento na política pública, esse valor caiu para a metade, explicando apenas 15% dos votos.

Com efeito, a política não é indiferente eleitoralmente, prova disso foi a sua continuidade por vinte anos, pelo grupo político que, precisamente, tencionava manter-se no poder.

O desenho de pesquisa desenvolvido buscou analisar, com o uso de dados agregados, um programa de transferência direta de renda instituído por um governo estadual e seus impactos nas eleições para esse nível federativo. Ainda não se tem outros estudos com objeto

semelhante no Brasil com os quais comparar os presentes achados. Por isso mesmo, seriam necessárias outras pesquisas, com a inclusão de outras variáveis ao modelo para aperfeiçoar o teste da teoria investigada e evoluir nas conclusões acerca dos reais impactos dessas políticas públicas em pleitos estaduais.

Alguns apartes devem ser feitos nessa conclusão, dado o caso empírico escolhido. O primeiro deles versa sobre a “marca” da política. Como a pesquisa optou pelo uso de dados agregados, não é possível inferir se os eleitores efetivamente reconhecem a política pública como um feito dos governos peessedebistas no estado.

Um possível motivo para a não responsabilização do grupo político de Marconi Perillo pode residir, por exemplo, no fato de que o cadastro de beneficiários é realizado nos Centros de Assistência Social Municipais, confundindo o eleitor sobre o ente efetivamente responsável pelo Programa. Ainda, supõe-se que o programa recebeu menos destaque no pleito de 2018 do que outros de autoria do governo, como o programa “Goiás na Frente”.

Mais a mais, é de se ressaltar que a política foi instituída por Marconi Perillo no ano de 2000, não havendo como se precisar se o (in)sucesso da política é automaticamente transferível a seu sucessor, ou se o crédito sobre a política pública é personalíssimo, ligado mais à figura de Marconi que ao PSDB propriamente.

A restrição nos dados disponibilizados, que determinou que o recorte da pesquisa se restringisse às eleições de 2014 e 2018 também é outro ponto que limita os achados do estudo. Não é periférico considerar que a política foi instituída no ano de 2000, quando era novidade e, certamente, atraía mais a atenção dos eleitores. O decurso de tempo até as eleições de 2014 pode ter significado uma queda na percepção dos beneficiários da política, alterando a relação esperada caso toda a linha temporal de vigência fosse analisada.

Há ainda outro ponto de controle que não pode ser minimizado. Às vésperas das Eleições de 2018, Jayme Rincón, coordenador da campanha do candidato tucano José Eliton foi preso na Operação Cash Delivery da Polícia Federal. A prisão foi amplamente noticiada na mídia, ligando o nome de Jayme sempre à Marconi e à campanha de José Eliton¹⁷. Dada a

¹⁷Jayme Rincón é preso na Operação Cash Delivery – “PF apreendeu R\$ 80 mil na casa do morotista do ex-presidente da Agetop e atual coordenador da campanha de José Eliton (PSDB) - O Popular. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/jayme-rinc%C3%B3n-%C3%A9-presos-na-opera%C3%A7%C3%A3o-cash-delivery-1.1627198>, acesso em 16 jan. 2021.

Em depoimento à PF, Jayme Rincón admite recebimento de recursos da Odebrecht para campanhas políticas – G1. Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/10/04/em-depoimento-a-pf-jayme-rincon-admite-recebimento-de-recursos-da-odebrecht-para-campanhas-politicas.ghtml>, acesso em 16 jan. 2021.

impossibilidade de quantificar os impactos do fato, e mais uma vez, diante da opção de trabalhar com dados agregados, cumpre mencionar os possíveis efeitos da ocorrência na eleição tucana como reflexão nestas últimas considerações.

Diante de todo o exposto, é possível concluir que o maior investimento em política pública de transferência direta de renda beneficia eleitoralmente o candidato incumbente nas eleições para governador estadual, apesar de não ser um fator decisivo para sua vitória. Essa conclusão parte do modelo empírico realizado a partir das eleições de Goiás nos anos de 2014 e 2018, de modo que, dados os baixos coeficientes – apesar de explicar 30% dos votos no 1º turno de 2014, cumpre a outros estudos analisar se o mesmo se repete nos outros dez estados em que há programas de transferência de renda estaduais, a fim de embasar efetivamente a teoria proposta.

Jayme Rincón é preso e Marconi é alvo da Operação Cash Delivery - Sagres Online. Disponível em <https://sagresonline.com.br/jayme-rincon-e-presos-e-marconi-e-alvo-da-operacao-cash-delivery/>, acesso em 16 jan. 2021.

REFERÊNCIAS

- ABENSUR, Themis C; CRIBARI NETO, Francisco, MENEZES, Tatiane A. Impactos do Programa Bolsa Família nos Resultados das Eleições Presidenciais no Brasil em 2006. Impactos do Programa Bolsa Família nos Resultados das Eleições. *XXXV Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, p. 1–15, 2007.
- ALMEIDA, Pedro Monteiro; SOUZA, Tatiene Correia. Estimativas de votos de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 sob o âmbito do Bolsa Família. *Ciência e Natura*, v. 37, n. 1, p. 12–22, 2015.
- AMARAL, Oswaldo. E.; RIBEIRO, Pedro Floriano. “Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n° 56, p. 107-123, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235605>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- AMARAL, Oswaldo E.; TANAKA, Marcela. Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014. *Opinião Pública*, vol 22, n° 3, Campinas, set/dez 2016.
- BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol 16, n. 1, Campinas, jun 2010.
- BOHN, Simone. The electoral behavior of the poor in Brazil. In.: *Latin America Research Review*, vol. 48, n.2, 2013.
- BRASIL. LEI Nº 13.808, DE 16 DE JANEIRO DE 2019, VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2019/red_final/Volume_II.pdf>. Acesso em 03 jul. 2019.
- BRUSCA, Isabel; LABRADOR, Margarita; MONTESINOS, Vicente. *Influencia de las elecciones en la gestión de los gobiernos locales: análisis empírico en la región española de Valencia*. *Gestión y Política Pública*, v. XXIV, n. 2, p. 459–489, 2015.
- CANÊDO-PINHEIRO, Maurício. Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de lula em 2006. In: *Economia Aplicada*, v. 19, n.1, 2015.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do governo e “voto econômico”. *Lua Nova*, n° 48, São Paulo, dez. 1999.
- CORRÊA, Diego Sanches. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 21, n. 3, p. 514–534, 2015.
- CRIBARI-NETO, Francisco; SOUZA, Tatiene Correia de. Uma estimativa do Impacto Eleitoral do Programa Bolsa-Família. *Rev. Bras. Biom.* São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-103, 2013.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 653-688, jul – ago, 2017.

FIORINA, Morris. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, 1981, Yale University Press.

FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. PPGSP/UFSC, *Cadernos de Pesquisa*, n. 18, p. 1-36, set. 1999.

GOIÁS. DECRETO 4.379, DE 04 DE JANEIRO DE 1995. *Institui o Programa de Apoio às Famílias Carentes, no âmbito da Secretaria Especial da Solidariedade Humana*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/decretos/numerados/1995/decreto_4379.htm>. Acesso em 03 jul. 2019.

GOIÁS. DECRETO Nº 5.211, DE 10 DE ABRIL DE 2000. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã – auxílio financeiro mensal às famílias carentes e dá outras providências*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5211.htm>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. LEI Nº 13.605, DE 29 DE MARÇO DE 2000. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2517>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. LEI Nº 16.831, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009. *Dispõe sobre a ampliação do Programa de que trata a Lei nº 13.605, de 29 de março de 2000*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2009/lei_16831.htm>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. LEI Nº 18.090, DE 17 DE JULHO DE 2013. *Dispõe sobre o Programa Renda Cidadã – Um Passo à Frente – do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18090.htm>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. LEI Nº 19.319, DE 23 DE MAIO DE 2016. *Estabelece as bases do “Novo Programa Renda Cidadã”*. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2016/lei_19319.htm>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Execução Orçamentária por Programa*. Disponível em <http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=execucao_orcamentaria_visao_geral&orgao=cidada_feas>. Acesso em 27 abr. 2019.

GOIÁS. PORTARIA Nº 489/2017 – SEMDIT. *Regulamenta os procedimentos administrativos que disciplinam a gestão do Novo Programa Renda Cidadã*. Disponível em <<http://www.secretariacitada.go.gov.br/uploads/arquivos/e00d0ef743c0bcb30a836a7924bdc3bc.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2019.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *Opinião Pública*, v. 6, n. 2,

p. 167–186, 2000.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Rewarding Lula: Executive power, social policy and the Brazilian elections of 2006. In.: *Latin American politics and society*. Vol., 49, n. 1, 2007.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 477–492, 2011.

KEY, Valdimer Orlando. *The responsible electorate*. Nova York: Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, D. Roderick. *Macroeconomics & Micropolitics: The electoral effects of economic issues*. Chicago, Chicago University Press, 1983.

KLEIN, Fabio Alvim. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2, p. 283–337, 2010.

KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in U.S. voting behavior, 1896-1964. *American Political Science Review*, v. 65, n. 1, p. 131-143, 1971.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 60–86, 2015.

MARQUES, Rosa Maria *et al.* Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 1, p. 114–132, 2011.

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. As bases municipais da votação de Lula em 2006. *Cadernos Fórum Nacional n. 6*, Rio de Janeiro, Instituto de Altos Estudos, p. 15-25, 2007.

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 311–325, 2014.

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 304–332, 2011.

PEREIRA, Frederico Batista, *et al.* Sofisticação Política e Voto para Presidente no Brasil, in BONIFÁCIO, Robert; CASALECCHI, Gabriel; DEUS, Cleber de (org.). *O voto para presidente no Brasil – 1989 a 2010: condicionantes e fatores explicativos*. Curitiba: Ithala, 2014.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. *Para aprender políticas públicas*, v. 1, Conceito e Teorias. Brasília: IGEPP, 2014.

SILVA, Alessandro Melo da. *A política de incentivos fiscais e o cálculo do voto : um estudo sobre o caso de Goiás*. PPGCP/UFG, jul. 2014.

SIMONI JUNIOR, Sérgio. *Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

ZUCCO, Cesar. The president's "new" constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, n. 1, p. 29–49, 2008.

ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base 2002 - 2006: A Reply to Bohn. v. 48, n. 2, 2013.

APÊNDICE I

Dados utilizados para os testes estatísticos

Município	Cobertura a2014	Cobertura a2018	IDM 2014	ID M 201 8	Part 201 4	Part 201 8	votos20 141t	votos20 142t	votos20 18	dif14	dif18
ABADIA DE GOIAS	1,7522307	5,387393685	2,53	1,39	1	1	0,267813268	0,300530195	0,074799021	0,112504849	3,008272166
ABADIANIA	0,54516694	2,015397165	1,84	1,30	1	1	0,2253545	0,299079148	0,052513511	-3147	0,885591924
ACREUNA	1,926771544	2,665674872	2,30	1,86	1	1	0,291103996	0,320386097	0,029889099	0,600491902	1,144170949
ADELANDIA	3,51605325	3,782280493	1,45	0,95	0	0	0,523884103	0,53367267	0,156932857	0,642129992	0,444974176
AGUA FRIA DE GOIAS	0,339387268	3,726215645	1,98	2,00	1	0	0,375710879	0,403779123	0,174947146	0,077050083	1,212121212
AGUA LIMPA	4,509217738	3,883547009	1,61	0,87	1	0	0,596412556	0,556552068	0,049679487	0,503238665	0,849358974
AGUAS LINDAS DE GOIAS	0,350032324	1,20925291	1,83	1,36	1	1	0,122399001	0,135816267	0,056430193	0,084700262	0,790940262
ALEXANIA	0,628560357	2,582453826	2,05	2,41	0	1	0,284789769	0,352334819	0,095389915	0,196861073	0,885370859
ALOANDIA	3,829174664	3,396508728	1,53	1,22	0	0	0,368522073	0,388195777	0,128678304	0,446257198	1,546134663
ALTO HORIZONTE	0,972300735	2,029591509	3,38	1,55	1	1	0,411720369	0,407386471	0,170151174	0,109289617	0,689932454
ALTO PARAISO DE GOIAS	0,500818777	2,716327071	2,01	1,76	0	1	0,277156114	0,275927948	0,103201905	0,076419214	0,69595131
ALVORADA DO NORTE	1,846099541	3,704434641	1,57	1,10	1	1	0,289916461	0,304506413	0,056768052	0,545946582	1,32458788
AMARALINHA	1,727720066	4,568554791	1,52	1,05	1	1	0,294969929	0,29743029	0,09317099	0,142154183	1,312863949
AMERICAN DO BRASIL	2,158199795	1,860657091	1,58	1,27	1	1	0,414422093	0,41646778	0,113422486	0,634162973	0,100709922
AMORINOPOLIS	6,332199546	4,888540031	1,54	0,94	1	0	0,433956916	0,452380952	0,055259027	1,445578231	1,79277865
ANAPOLIS	0,137793481	1,547922612	3,37	2,93	0	1	0,185032225	0,385738872	0,035814331	0,042652994	1,304526533
ANHANGUEIRA	3,028362306	2,814423923	1,32	1,06	0	0	0,52516011	0,517840805	0,185576077	0,430009149	0,035180299
ANICUNS	0,980879183	2,996730672	1,48	1,34	1	1	0,317789858	0,328053238	0,043606391	0,049676633	1,283326426
APARECIDA DE GOIANIA	0,153503754	0,96546204	3,17	2,51	0	0	0,128648623	0,169497558	0,029617091	0,008331329	0,766560004
APARECIDA DO RIO DOCE	0,818363273	1,976556184	1,60	1,37	1	1	0,39001996	0,401596806	0,105092967	0,115768463	0,202101859
APORE	1,115508286	2,272399712	2,37	2,54	0	1	0,291615137	0,29903537	0,097285611	0,427900074	1,131395628
ARACU	6,205263158	3,112359551	1,48	1,12	0	0	0,412894737	0,453947368	0,116292135	2,081578947	0,43258427

ARAGARCA S	1,6884587 67	2,5852998 65	1,57	1,01			0,24482 6521	0,27324 2047	0,05806 9042	0,06949 4492	0,39531 0386
ARAGOIANI A	2,8281957 32	4,0065243 18	1,63	1,34			0,25393 4038	0,29564 5613	0,06119 0194	0,08514 7661	1,22083 8276
ARAGUAPA Z	3,4855676 72	2,0152140 28	1,57	1,12			0,35522 771	0,35227 7101	0,09631 2532	0,82103 9128	0,14827 2305
ARENOPOLI S	3,9654067 91	3,1349944 22	1,94	1,34			0,50224 2152	0,51409 353	0,02603 1982	0,25624 5996	0,14875 4184
ARUANA	3,6291266 68	2,4296834 46	1,94	1,70			0,36642 4725	0,35413 2522	0,09870 2647	0,22711 3088	0,31447 8464
AURILANDI A	2,5696594 43	3,0621859 3	1,48	1,08			0,29552 4909	0,30115 3954	0,06281 407	0,13791 1624	0,05653 2663
AVELINOPO LIS	6,3534586 17	4,4783505 15	1,63	0,95			0,54978 0088	0,55337 8649	0,17154 6392	0,05997 601	1,80618 5567
BALIZA	2,9507058 55	2,9206730 77	1,74	1,32			0,24600 7869	0,24045 3599	0,09034 4551	0,39342 7447	0,81931 0897
BARRO ALTO	1,0091649 69	1,5482512 36	3,84	3,13			0,28533 6049	0,32596 7413	0,08926 9365	0,16700 611	0,13367 5151
BELA VISTA DE GOIAS	0,8155060 49	1,3236892 15	2,19	1,72			0,25213 9274	0,30089 997	0,06146 4276	0,07893 1838	0,20374 8981
BOM JARDIM DE GOIAS	1,8737201 37	3,5254737 32	1,60	1,23			0,32013 6519	0,31183 1627	0,07738 568	0,61092 1502	1,65664 3595
BOM JESUS DE GOIAS	0,6260930 4	1,0917823 7	2,32	1,99			0,23168 0658	0,25205 4914	0,03652 7284	0,08525 7083	0,19292 8641
BONFINOPO LIS	0,4078514 34	2,4040893 76	1,37	1,01			0,18182 8867	0,23801 1283	0,07314 5025	0,05524 2125	1,62310 2867
BONOPOLIS	1,8181818 18	3,0329008 34	1,90	1,51			0,19713 9939	0,19254 3412	0,12951 8072	0,16087 8447	0,55375 3475
BRAZABRA NTES	2,0602582 5	3,0800765 24	1,42	1,53			0,38163 5581	0,39282 6399	0,13200 328	0,06025 825	0,18857 6114
BRITANIA	2,4599860 82	2,0100676 97	1,60	1,03			0,29262 3521	0,33733 4725	0,07238 3267	0,60716 7711	0,21871 2029
BURITI ALEGRE	1,4505354 68	2,1180960 46	1,86	1,79			0,29805 9591	0,31661 5417	0,09615 1807	0,30643 6221	0,87988 9749
BURITI DE GOIAS	5,4192307 69	3,4586165 53	1,55	1,06			0,46846 1538	0,45307 6923	0,02958 8165	0,08846 1538	0,93562 575
BURITINOP OLIS	2,3056537 1	2,7013930 95	1,46	2,38			0,37396 9376	0,36631 331	0,08237 4319	1,79917 5501	0,16959 4185
CABECEIRA S	1,0343496 72	3,7032371 84	1,89	1,81			0,33654 9595	0,35224 495	0,09308 4771	0,53647 2404	1,53041 9448
CACHOEIR A ALTA	1,2364330 99	1,3946491 01	1,72	1,27			0,28210 4715	0,26986 1943	0,12677 8889	0,18754 8841	0,29844 6776
CACHOEIR A DE GOIAS	0,4125874 13	4,0778839 09	1,74	1,14			0,51608 3916	0,47202 7972	0,32623 0713	1,51048 951	0,89639 9706
CACHOEIR A DOURADA	1,5049410 64	1,8291779 81	2,45	3,20			0,37349 6845	0,36147 1604	0,04110 0963	0,17740 2072	0,59738 3362
CACU	0,6505512 57	2,4379089 12	2,12	2,41			0,21913 3055	0,25275 6283	0,05646 9542	0,04040 2657	1,09763 0693

			1,99	1,87						-	-
CAIAPONIA	2,0298407 75	2,0240448 84			0	0	0,18399 9555	0,21617 8599	0,03558 6428	0,26333 3704	0,25006 6791
CALDAS NOVAS	0,1772787 15	1,7861191 87	2,53	1,99	1	0	0,25654 6013	0,27619 3463	0,02880 3305	0,01493 0055	1,29109 7467
CALDAZIN HA	0,4885538 81	2,5405693	1,48	0,98	0	0	0,21496 3707	0,30625 349	0,07555 2009	0,31267 4484	0,11173 1844
CAMPESTR E DE GOIAS	2,3820224 72	4,3407202 22	1,56	0,92			0,44887 6404	0,44634 8315	0,22936 2881	0,40730 3371	1,23822 7147
CAMPINAC U	0,7932692 31	3,1570293 23	1,42	0,87			0,27190 1709	0,29166 6667	0,12469 1696	0,74252 1368	1,29624 5547
CAMPINOR TE	0,3877721 94	1,2293769 02	1,83	1,18			0,27085 4271	0,26993 2998	0,02795 1305	0,14321 608	0,11853 2757
CAMPO ALEGRE DE GOIAS	0,6134515 89	1,4199273 9	2,46	2,17			0,28248 337	0,29445 6763	0,10676 348	0,03104 2129	0,01075 7026
CAMPO LIMPO DE GOIAS	1,2936610 61	2,5379779 99	1,50	0,94			0,30027 3106	0,36639 356	0,08525 406	0,66551 6746	0,29334 7302
CAMPOS BELOS	1,2626210 59	1,8088443 63	1,71	1,28			0,29363 2804	0,31892 6437	0,09264 319	0,29981 4548	0,21250 759
CAMPOS VERDES	4,8043742 41	7,8446522 98	1,31	0,80			0,33997 5699	0,32442 2843	0,08174 0545	0,33292 8311	2,52948 353
CARMO DO RIO VERDE	2,2296520 74	1,4444667 2	1,37	1,60			0,31125 2743	0,31396 9282	0,07959 1018	0,24448 8559	0,22754 6111
CASTELAN DIA	2,3285050 56	2,0958429 56	1,69	1,32			0,40038 2618	0,41678 0541	0,18187 067	0,50286 9637	0,03464 2032
CATALAO	1,3469164 36	0,8933763 53	3,39	2,81			0,18431 162	0,21261 7208	0,05911 7597	0,01043 0005	0,33061 9595
CATURAI	2,8195792 88	3,5867407 7	1,49	1,16			0,34809 8706	0,36670 712	0,07721 318	0,62297 7346	0,78602 6201
CAVALCAN TE	1,4250538 63	2,6049726 61	2,13	1,23			0,19862 5218	0,19944 5983	0,11234 9118	0,17441 264	0,84081 2958
CERES	0,5848866 04	1,5683609 68	1,92	1,30			0,28229 731	0,32421 2653	0,07406 9041	0,03948 2141	0,13817 1605
CEZARINA	0,7537874 12	1,3318443 63	2,03	1,54			0,36026 6043	0,38810 1983	0,06100 8581	0,09360 7587	0,14811 3318
CHAPADAO DO CEU	0,2885308 97	1,1359479 78	2,95	3,19			0,38735 2729	0,38747 295	0,06695 7935	0,00961 7697	0,10262 1418
CIDADE OCIDENTAL	0,2224059 27	1,1751564 54	1,99	1,62			0,16814 7783	0,21617 4109	0,06773 69	0,02495 9064	0,02649 3291
COCALZIN HO DE GOIAS	1,2262201 26	1,8797256 02	1,80	1,10			0,29394 3087	0,34062 8478	0,05007 2605	0,24429 0181	0,04706 8249
COLINAS DO SUL	0,4238001 68	2,7232667 45	1,75	0,87			0,49901 7682	0,44400 7859	0,17303 1727	1,08896 9969	0,89600 47
CORREGO DO OURO	1,0386100 39	3,5786802 03	1 ,80	1,16			0,45173 7452	0,46332 0463	0,18866 3283	0,47104 2471	0,15228 4264
CORUMBA DE GOIAS	0,6305066 08	4,3212669 68	1 ,68	0,99			0,23403 0837	0,29854 9927	0,06723 9819	0,22026 4317	1,87330 3167
CORUMBAI BA	1,4566797 09	2,0660121 16	2 ,06	1,57			0,27501 3974	0,29983 2309	0,08314 1842	0,41699 2733	0,66116 5657
CRISTALIN A	0,3664209 82	1,3376270 36	3 ,28	2,89			0,27064 229	0,30196 2286	0,04212 3305	0,03752 2734	0,55956 6474

CRISTIANO POLIS	5,4602649 01	6,5835579 51	1 ,47	0,68			0,42483 4437	0,44602 649	0,12264 1509		2,30121 2938
			2 ,29	1,46							-
CRIXAS	1,2277000 96	1,4241633 04			0	1	0,28441 4176	0,28905 4966	0,07233 5628	0,15971 5526	0,02907 6667
CROMINIA	1,2120375 48	2,0228571 43	1 ,47	1,00	0	1	0,39315 2954	0,42131 4191	0,19457 1429	0,52733 2965	0,07142 8571
			1 ,55	1,20							-
CUMARI	2,1959346 88	1,7624521 07			1	0	0,30189 9367	0,33455 5148	0,15290 8394	0,33655 4482	0,70707 0707
DAMIANOP OLIS	4,7147502 22	4,7993966 82	1 ,47	0,96	1	0	0,46556 311	0,44339 3438	0,23318 2504	1,95684 3039	2,07843 1373
DAMOLAN DIA	6,3028413 03	4,8374957 24	1 ,58	1,15	1	0	0,49896 0499	0,53672 9037	0,14163 5306	2,74081 7741	0,91002 3948
DAVINOPO LIS	4,7056052 76	1,8576886 34	2 ,86	2,97	1	0	0,51577 9557	0,53556 2883	0,23591 213	1,62034 8563	1,07449 8567
			1 ,44	1,19							-
DIORAMA	1,1591355 6	2,8376205 79			0	0	0,28565 8153	0,33123 7721	0,12540 1929	0,08251 4735	0,66720 2572
DIVINOPOL IS DE GOIAS	4,9026232 11	4,5527950 31	1 ,57	0,94	1	0	0,42070 7472	0,42468 2035	0,13581 7805	2,63910 9698	0,65217 3913
DOVERLAN DIA	1,8060836 5	2,7575020 28	1 ,92	1,56	0	0	0,34714 8289	0,34892 2687	0,02216 8154	0,22813 6882	1,27872 3979
EDEALINA	3,0110062 89	3,4555256 06	2 ,14	2,60	1	1	0,37185 5346	0,37185 5346	0,10754 717	0,19129 979	1,45822 1024
			2 ,47	2,38							-
EDEIA	0,7412985 27	1,7864125 12			1	1	0,30430 0535	0,33734 9398	0,12609 9707	0,17737 6171	0,17432 3884
ESTRELA DO NORTE	6,4119209 21	4,5009129 64	1 ,55	0,82	0	1	0,35349 6607	0,36323 3992	0,12659 7687	2,06550 6049	2,07851 4912
FAINA	3,3949388 68	3,1805929 92	1 ,48	1,17	0	0	0,39280 6369	0,36266 7046	0,09134 4714	1,25959 6247	0,71278 826
FAZENDA NOVA	2,7039589 68	1,1429570 08	1 ,43	1,38	1	0	0,30036 8649	0,31303 0934	0,06448 7941	0,07372 9764	0,10136 316
FIRMINOPO LIS	2,6384886 33	1,1164420 07	1 ,42	1,25	1	0	0,20429 0746	0,24511 6875	0,04150 4836	0,02561 6394	0,15535 7551
			1 ,49	0,97							-
FLORES DE GOIAS	1,3776093 79	1,7080745 34			1	1	0,16914 4981	0,17243 3514	0,03136 646	0,02216 1853	0,47950 3106
FORMOSA	0,6411928 83	1,1299851 05	2 ,11	1,87	1	0	0,24709 2075	0,29136 3192	0,05078 4061	0,00298 9455	0,47277 9609
FORMOSO	4,9644351 46	1,4219653 18	1 ,32	1,20	1	1	0,34142 2594	0,33870 2929	0,18450 8671	2,70292 887	0,11329 4798
GAMELEIR A DE GOIAS	1,7697642 16	3,1441513 46	1 ,86	1,67	1	0	0,33259 362	0,37281 5534	0,08366 64	0,86269 0707	0,92459 3658
			1 ,55	1,04							-
GOIANAPO LIS	0,6310723 69	2,2751134 44			1	0	0,35040 4068	0,42222 8276	0,06032 5652	0,06083 7192	0,74561 7938
			1 ,56	2,32							-
GOIANDIRA	1,3858695 65	2,4381054 9			0	1	0,28641 3043	0,30362 3188	0,09508 432	0,11956 5217	0,99748 8339
GOIANESIA	0,6421424 28	1,6536367 85	1 ,86	2,05	1	0	0,27014 693	0,31723 2235	0,08876 2451	0,04209 0008	0,69290 0162
GOIANIA	0,6994655 77	0,8180155 85	5 ,54	5,07	0	0	0,16391 8791	0,21542 9592	0,04485 6439	0,39562 7473	0,58655 9515
			1 ,92	1,80							-
GOIANIRA	0,4602792 24	1,8816458 62			1	1	0,27005 4653	0,29530 9141	0,07374 0176	0,07174 8647	0,31877 0227
			1 ,89	1,11							-
GOIAS	0,8462319 72	1,9340198 99			0	0	0,39045 2976	0,41381 2716	0,18406 3536	0,12634 5724	0,70562 0527
			1 ,31	2,17							-
GOIATUBA	0,5274025 13	1,2719943 51			0	0	0,38151 1415	0,40844 198	0,08018 0074	0,00648 9293	0,33572 6476

GOUVELAN DIA	0,7827210 63	1,9772648 98	1 ,88	1,66	0	0	0,29998 154	0,32767 2143	0,02170 1688	0,14583 7179	0,64416 1213
GUAPO	1,2143699 29	3,9976074 87	1 ,81	1,25	0	1	0,36049 6567	0,37450 586	0,14488 7763	0,07767 529	1,83519 8086
GUARAITA	5,2869565 22	4,9485546 3	1 ,54	0,97	0	1	0,51521 7391	0,47826 087	0,20186 1832	0,71304 3478	1,22978 9319
GUARANI DE GOIAS	1,5938606 85	3,4771573 6	1 ,48	1,09	1	1	0,43494 6871	0,41582 0543	0,37766 4975	1,15938 6068	1,37055 8376
GUARINOS	2,5999081 3	2,8077753 78	1 ,71	1,51	1	1	0,49288 011	0,47864 0331	0,30237 581	0,90032 1543	0,01079 9136
HEITORAI	1,4039806 35	2,8944534 19	1 ,30	0,94	0	0	0,40048 4131	0,39376 0086	0,20247 7114	0,39806 3475	0,71082 391
HIDROLAN DIA	1,0421823 43	1,6726196 07	2 ,15	2,09	0	0	0,23055 8993	0,27501 0314	0,05780 6185	0,15470 297	0,31346 9311
HIDROLINA	1,8582955 12	2,7001656 54	1 ,51	0,88	0	0	0,30584 9723	0,31744 8311	0,17586 9685	0,03277 8618	0,40033 1309
IACIARA	0,6101414 38	2,1625144 84	1 ,83	1,61	0	1	0,30168 5224	0,29295 817	0,07162 5145	0,22795 6666	0,07169 7567
INACIOLAN DIA	0,9364104 27	1,2337451 24	2 ,00	1,82	1	1	0,27179 1466	0,30682 3842	0,01495 4486	0,54956 002	0,07152 1456
INDIARA	1,1467173 6	1,8099928 71	2 ,68	1,63	1	0	0,22927 5579	0,25765 4966	0,03810 5113	0,33878 7426	0,04277 1045
INHUMAS	0,1894650 4	2,0186791 19	1 ,66	1,56	1	0	0,32848 428	0,36393 3208	0,05163 4423	0,03030 6585	1,55112 9324
IPAMERI	2,7297730 92	1,3235294 12	2 ,31	2,36	1	1	0,30880 8924	0,31663 9927	0,10368 7668	0,69409 4278	0,05598 6862
IPIRANGA DE GOIAS	1,5502555 37	3,6536467 33	1 ,66	1,14	0	1	0,37683 1346	0,40715 5026	0,16038 7141	0,38500 8518	1,03007 2589
IPORA	0,9254250 99	1,1519817 51	1 ,98	1,45	1	1	0,27768 9701	0,32382 107	0,05123 0872	0,19024 5267	0,10772 1066
ISRAELAND IA	4,3378839 59	2,8738898 76	1 ,66	1,01	0	1	0,38464 1638	0,41535 8362	0,04085 2575	3,20819 1126	0,21669 627
ITABERAI	0,0882435 93	1,4925408 53	2 ,04	1,74	0	0	0,31600 9543	0,33370 9566	0,05613 9269	0,06156 5298	0,19590 6363
ITAGUARI	3,0716723 55	3,0934018 85	1 ,65	1,03	1	0	0,36902 7304	0,38673 2082	0,12446 4439	1,49957 3379	0,20565 5527
ITAGUARU	1,2699854 65	4,2171189 98	1 ,43	1,18	1	1	0,38571 9477	0,41079 2151	0,14329 0947	0,97565 407	1,71000 1898
ITAJA	0,5254745 25	5,1378935 94	1 ,62	1,36	0	1	0,24595 4046	0,26373 6264	0,07839 3051	0,01398 6014	1,15092 291
ITAPACI	1,7954954 52	1,8466249 5	1 ,67	1,21	0	1	0,24327 4797	0,24638 8092	0,11374 4286	0,25587 3912	0,35281 587
ITAPIRAPU A	5,2344306 68	4,1704288 94	0 ,78	1,51	1	0	0,42112 0137	0,41043 1808	0,30116 629	1,46928 887	0,58878 8563
ITAPURAN GA	2,4059699 25	2,1376082 92	1 ,71	1,31	1	1	0,32857 0893	0,32725 8409	0,08570 5446	1,22848 4644	0,07464 4183
ITARUMA	0,6049874 58	2,7025503 73	1 ,84	1,86	1	0	0,26516 1576	0,27622 842	0,03888 9672	0,12394 865	1,21037 0579
ITAUCU	0,7047619 05	1,6027366 53	1 ,28	1,07	0	1	0,37064 4258	0,41210 084	0,08681 0229	0,52773 1092	0,54957 38
ITUMBIARA	2,0445913 63	1,2358661 68	2 ,79	2,20	1	1	0,33372 1842	0,39217 8928	0,08536 2559	0,14659 486	0,29791 9963

IVOLANDIA	3,0807311 5	2,9135494 6	1 ,90	1,20	1	1	0,46344 2498	0,46458 492	0,15710 7232	1,20715 9177	- 0,39484 6218
JANDAIA	1,9837605 48	3,2850321 09	1 ,72	1,81	1	0	0,36729 8201	0,39643 3689	0,11493 4958	0,71963 0632	1,41939 7332
JARAGUA	0,3116313 41	1,3967020 36	1 ,81	1,30	1	1	0,27970 8131	0,30578 9611	0,05967 7452	0,06232 6268	- 0,15100 5698
JATAI	0,1027505 53	1,3824066 46	3 ,65	3,14	0	1	0,21187 691	0,26051 2172	0,03267 6525	- 0,02592 4755	0,93896 1013
JAUPACI	2,3170731 71	2,2187715 67	1 ,62	1,11	0	1	0,37574 1595	0,39947 2643	0,10213 9406	0,84047 4621	- 0,09661 8357
JESUPOLIS	0,6054365 73	2,5707356 51	1 ,49	1,07	1	0	0,42751 2356	0,47899 5058	0,16370 2506	0,14415 1565	0,13338 7227
JOVIANIA	2,0235198 7	1,4256646 77	1 ,90	1,60	1	1	0,28913 2198	0,32049 2025	0,05425 936	1,22465 5312	0,08003 2556
JUSSARA	1,5024224 31	3,2893958 14	1 ,90	1,60	0	1	0,31604 9892	0,30821 5648	0,06622 9085	- 0,29017 627	0,67574 1109
LAGOA SANTA	2,4751066 86	4,2893890 68	1 ,68	1,25	0	1	0,45803 6984	0,43883 357	0,04244 373	1,18776 6714	0,36012 8617
LEOPOLDO DE BULHOES	1,9668711 66	2,1784639 54	1 ,51	1,45	0	1	0,23435 5828	0,26220 8589	0,10794 1908	0,37791 411	0,94858 04
LUZIANIA	0,6858359 62	1,7980909 46	2 ,21	2,27	1	1	0,24196 004	0,28117 7572	0,07407 4616	- 0,07502 3935	1,19562 1955
MAIRIPOTABA	1,2453760 79	4,3067846 61	1 ,58	1,42	1	0	0,45581 5865	0,49650 6371	0,20606 8268	0,84258 1176	1,16308 4703
MAMBAI	1,5337107 57	3,4539170 51	1 ,61	1,05	1	0	0,41752 4447	0,42357 1796	0,02730 4147	0,11966 0319	1,31105 9908
MARA ROSA	1,5831034 15	2,5824175 82	2 ,01	1,14	0	0	0,32603 9387	0,32546 8557	0,07039 1872	0,27209 59	0,95168 982
MARZAGA O	4,5375457 88	4,1295546 56	1 ,56	0,71	1	1	0,42765 5678	0,41208 7912	0,19793 0724	1,44230 7692	0,57579 8471
MATRINCHA	2,1265260 82	2,5034356 39	1 ,80	1,36	1	0	0,37114 3174	0,36825 7492	0,09573 9808	0,57491 6759	0,55428 3097
MAURILANDIA	0,7898249 2	1,9647118 37	1 ,80	0,92	0	1	0,29363 2724	0,30572 3483	0,11005 8573	- 0,68776 0069	0,82001 5909
MIMOSO DE GOIAS	1,2633125 23	4,0007656 97	1 ,83	0,99	1	1	0,57363 2024	0,57106 1329	0,36447 1669	- 1,36981 2707	1,30168 4533
MINACU	0,2316862 14	1,7129424 59	2 ,29	1,76	1	0	0,25632 8911	0,25341 2805	0,05522 4338	- 0,67454 9766	0,34919 7697
MINEIROS	0,1865879 38	1,4590339 35	2 ,83	2,52	0	0	0,18927 035	0,25209 6162	0,03382 7576	- 0,03576 55	0,98135 1269
MOIPORA	0,8294663 57	4,4701348 75	1 ,59	1,06	1	1	0,45765 6613	0,50348 0278	0,12652 5369	- 1,55452 4362	1,75979 4477
MONTE ALEGRE DE GOIAS	2,7756884 63	1,6946170 99	1 ,43	0,98	1	1	0,30765 498	0,28788 0626	0,19057 1127	- 0,18318 5733	0,05511 9034
MONTES CLAROS DE GOIAS	0,3164171 84	1,7338459 63	2 ,33	1,76	1	0	0,28307 1681	0,29280 7594	0,08904 8741	0,10101 0101	0,31998 0156
MONTIVIDU	0,7741609 04	1,7941288 6	2 ,57	2,14	1	1	0,24068 1397	0,26125 8222	0,01730 8425	0,02108 2813	1,00953 1071
MONTIVIDU DO NORTE	2,0821854 91	1,6408181 61	1 ,37	0,99	1	1	0,23415 978	0,25160 6979	0,12025 1742	- 0,39715 3352	- 0,28096 2014

MORRINHOS	0,3063071 22	2,3468807 42	2 ,49	1,98	1	1	0,30685 0059	0,33227 7622	0,06050 3981	0,12668 5368	1,08233 4412
MORRO AGUDO DE GOIAS	7,0100925 15	4,7526501 77	1 ,49	1,13	1	1	0,55508 831	0,55887 3003	0,24028 2686	2,11522 2876	1,24116 6078
MOSSAMEDES	1,7589175 89	3,1368517 25	1 ,38	1,29	1	0	0,31898 319	0,33476 8348	0,10600 8682	0,00820 0082	1,21544 4368
MOZARLAN DIA	0,6546228 88	1,9230769 23	1 ,94	1,38	1	1	0,27174 0624	0,28005 2205	0,02486 4025	0,26308 5589	0,40727 7907
MUNDO NOVO	1,3992722 46	2,5444137 39	1 ,49	1,05	1	0	0,29143 2352	0,30913 0003	0,12041 058	0,70459 8081	0,06908 8038
MUTUNOPO LIS	3,1489036 21	2,2963353 55	1 ,57	1,27	0	1	0,35619 5818	0,37455 3799	0,15001 3182	0,81845 9969	0,20300 5537
NAZARIO	1,5494608 53	2,6102859 68	1 ,90	1,27	0	1	0,29500 7032	0,33919 3624	0,04444 6908	1,12751 9925	0,57304 3671
NEROPOLIS	0,2144692 26	2,5569248 63	2 ,04	1,63	1	0	0,27166 1019	0,31719 8496	0,07561 5335	0,02606 3968	0,91557 71
NIQUELAN DIA	0,5900434 35	1,3532005 47	2 ,08	1,16	0	1	0,30653 7476	0,31085 867	0,04572 2105	0,17797 0821	0,07167 836
NOVA AMERICA	2,9021276 6	5,1150895 14	1 ,49	1,02	1	1	0,36382 9787	0,39319 1489	0,17945 439	1,02127 6596	0,69906 2234
NOVA AURORA	0,4151291 51	2,7421555 25	1 ,56	1,24	0	0	0,30488 9299	0,32057 1956	0,09549 7954	0,11992 6199	0,90040 9277
NOVA CRIXAS	0,7636623 98	3,5868970 37	2 ,13	1,87	1	0	0,27229 3374	0,26131 5727	0,05105 1521	0,87900 7239	0,81776 2489
NOVA GLORIA	0,8774988 38	1,3884156 73	1 ,53	1,09	1	0	0,27394 2352	0,27986 9828	0,08724 7505	0,79846 583	0,16549 0387
NOVA IGUACU DE GOIAS	1,6252129 47	2,1416353 06	1 ,53	0,87	0	0	0,46201 0221	0,43100 5111	0,08313 3767	1,74446 3373	0,92370 8519
NOVA ROMA	1,5658158 88	3,0367446 1	1 ,52	1,23	1	1	0,35445 9421	0,33237 7402	0,25842 6966	0,83166 0453	0,56483 4497
NOVA VENEZA	1,1454728 15	2,5082610 49	1 ,88	1,37	1	1	0,28402 3669	0,31293 96	0,10305 6588	0,10717 8743	0,71354 8121
NOVO BRASIL	0,6485849 06	4,2345058 63	1 ,62	1,14	0	0	0,36114 3868	0,38502 3585	0,12361 809	1,39740 566	0,70686 7672
NOVO GAMA	0,4485266 78	1,3602336 4	1 ,54	0,89	0	1	0,15110 7256	0,18558 8042	0,04515 3458	0,00714 9735	0,87192 8852
NOVO PLANALTO	1,3029162 75	2,9538807 65	1 ,74	1,19	0	0	0,30738 476	0,30714 9577	0,03352 081	0,36688 6171	0,61867 2666
ORIZONA	3,1380449 14	1,8707263 58	1 ,95	1,59	0	1	0,27642 0079	0,30059 4452	0,06237 9048	1,21862 6156	0,69345 8909
OURO VERDE DE GOIAS	0,1435999 01	3,0998156 44	1 ,84	1,25	0	0	0,37286 457	0,45159 693	0,05530 6821	0,02475 8604	0,76639 4522
OUVIDOR	0,1921165 95	1,8308138 65	2 ,80	3,07	0	0	0,30258 3637	0,36303 4117	0,08444 0373	0,63265 9821	0,10841 3498
PADRE BERNARDO	0,3326906 11	1,1926688 34	1 ,93	1,61	1	1	0,27729 6644	0,28334 2593	0,09904 2976	0,11797 7712	0,44510 6537
PALESTINA DE GOIAS	2,9942693 41	2,2109826 59	2 ,22	1,15	1	1	0,40315 1862	0,40372 4928	0,09942 1965	1,72206 3037	0,59248 5549

PALMEIRAS DE GOIAS	2,292824074	2,450111256	2,52	1,68			0,466203704	0,468016975	0,154875852	0,339891975	0,798219899
PALMELO	2,267827529	3,865546218	1,38	0,86	1	1	0,296434494	0,358623549	0,172268908	1,463515755	1,369747899
PALMINOPOLIS	3,375239136	3,062134299	2,00	2,08	1	1	0,500956546	0,505329325	0,105879075	2,55534299	0,774589022
PANAMA	2,624633431	3,155690902	1,71	1,36	0	1	0,364369501	0,384897361	0,053292729	0,714809384	0,677578987
PARANAIGUARA	1,360818351	1,666666667	1,90	1,43	0	1	0,29127919	0,29272577	0,118331328	0,971275057	0,242679503
PARAUNA	1,449003307	1,912687585	2,36	2,63	0	0	0,323142934	0,333512112	0,039199636	1,642084562	0,013642565
PEROLANDIA	1,226537217	2,150192555	2,21	2,67	0	1	0,337216828	0,367313916	0,100770218	0,355987055	0,137997433
PETROLINA DE GOIAS	1,233643087	2,069701971	1,88	1,49	0	0	0,304191163	0,345154561	0,072517231	0,256969467	0,537811863
PILAR DE GOIAS	1,662904439	2,545375972	2,68	2,28	0	0	0,32731377	0,313393529	0,217804667	0,838976674	0,051858254
PIRACANJUBA	2,136627907	2,015592473	1,98	1,98	0	0	0,277818152	0,314518734	0,046614148	0,092054264	0,696763133
PIRANHAS	0,881829507	2,126464146	1,74	1,73	1	0	0,345524115	0,358871685	0,060851347	0,377291333	0,119988573
PIRENOPOLIS	1,36167058	2,748393874	1,79	0,51	1	0	0,370608345	0,426541456	0,105580023	0,294081305	0,692553234
PIRES DO RIO	1,054842627	2,382385909	1,94	1,73	1	0	0,227116085	0,270209065	0,04102482	0,274377236	0,840672538
PLANALTINA	0,093601226	1,645978403	1,75	1,13	0	0	0,15483395	0,193173566	0,041690495	0,031354105	0,961079154
PONTALINA	0,322272753	2,396917365	1,91	1,44	0	0	0,292796586	0,328785582	0,070203071	0,016843524	0,749282781
PORANGATU	0,407778327	2,567606476	2,20	1,56	0	1	0,255602461	0,267615754	0,059777192	0,44393048	1,083696928
PORTEIRAO	1,920529801	2,872062663	2,19	2,32	0	1	0,457505519	0,439845475	0,169712794	0,444260486	0,38381201
PORTELANDIA	1,025	2,9025	2,09	1,66	1	0	0,316	0,349	0,0395	0	0,8975
POSSE	1,863301357	1,145292096	1,64	1,60	0	1	0,337827562	0,357949228	0,187353952	0,093004212	0,012371134
PROFESSOR JAMIL	3,053097345	2,775208141	1,62	0,76	0	1	0,318879056	0,34719764	0,101757632	1,008849558	0,524205982
QUIRINOPO LIS	0,887620757	2,14485187	2,54	2,31	0	0	0,246045995	0,280392408	0,050671847	1,048132	0,67832281
RIALMA	3,799725652	3,180983847	1,39	1,21	1	1	0,261179698	0,291358025	0,068098385	0,846822131	0,458883994
RIANAPOLIS	0,182466443	1,705685619	1,19	1,02	1	1	0,314387584	0,33011745	0,111831104	0,157298658	0,43687291
RIO QUENTE	0,190700104	2,955845344	2,93	2,31	1	1	0,280041797	0,318181818	0,041180508	1,021421108	1,228551819
RIO VERDE	0,210314458	0,827124637	4,35	3,77	1	0	0,178913169	0,226079388	0,023056725	0,248144357	0,550487479
RUBIATABA	2,19628298	3,710825132	1,62	1,51	0	1	0,272952854	0,31959285	0,074236689	0,61325771	1,44234166
SANCLERLANDIA	1,548752251	3,178487307	1,54	0,98	1	1	0,387702598	0,39696424	0,148521329	0,060457937	0,591468202

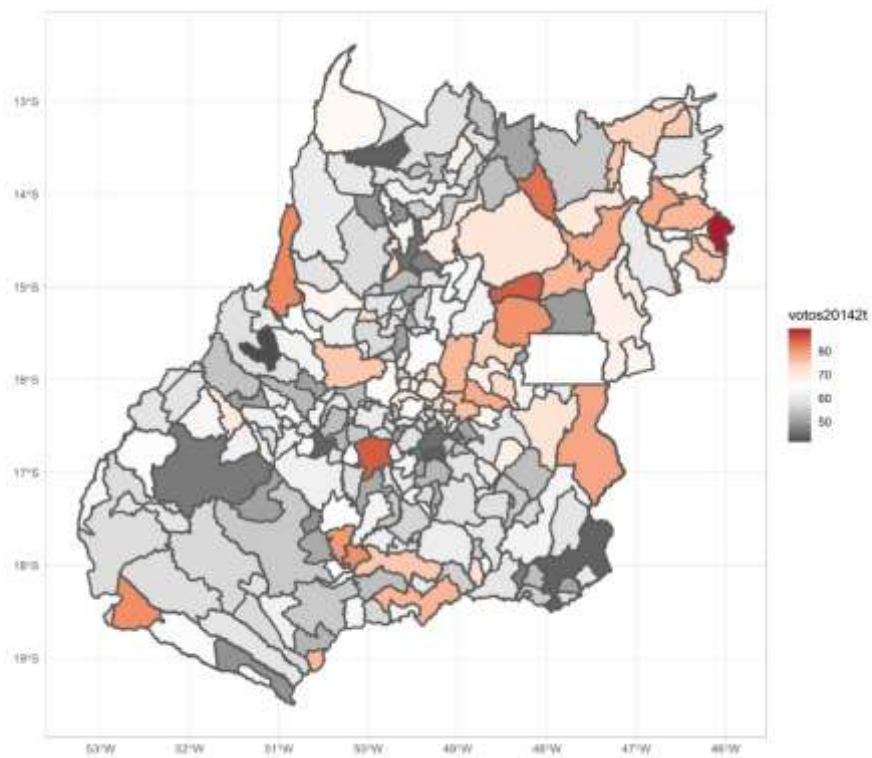
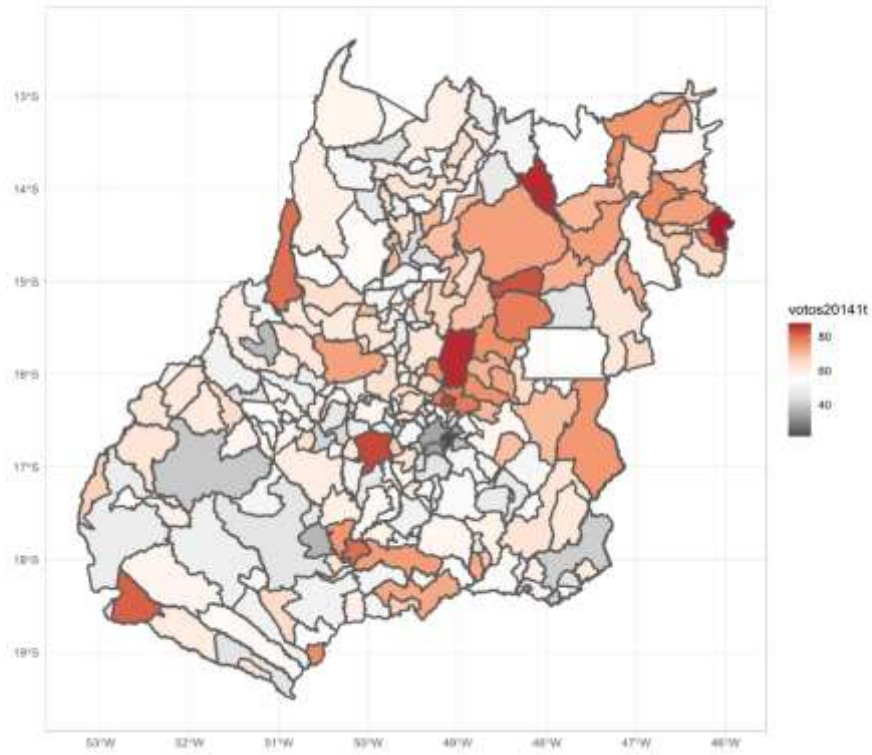
SANTA BARBARA DE GOIAS	1,333010179	2,00154202	1,76	0,97	1	0	0,232670868	0,277589271	0,148650732	0,054936177	-8466	0,189668466
SANTA CRUZ DE GOIAS	1,356203912	2,420470263	1,85	1,39	1	0	0,315165117	0,367425457	0,122406639	1,445976274	-1425	1,279391425
SANTA FE DE GOIAS	0,531749123	2,49397367	1,89	1,40	1	1	0,205298013	0,213478769	0,105136288	2,021815349	-0708	0,658260708
SANTA HELENA DE GOIAS	0,788991306	1,560608029	2,44	1,85	0	0	0,192809259	0,268618414	0,021462908	1,691630879	-4567	0,140054567
SANTA ISABEL	3,095424837	3,497239022	1,78	1,39	0	1	0,404705882	0,377777778	0,186957665	1,746405229	-9477	0,849329477
SANTA RITA DO ARAGUAIA	0,233277484	2,553365216	1,79	1,22	1	1	0,218455987	0,213945096	0,084917765	0,1095502	-1911	1,225941911
SANTA RITA DO NOVO DESTINO	1,7973462	3,410387271	1,55	1,28	1	1	0,369722557	0,363389626	0,157610327	0,551869723	-0877	0,972680877
SANTA ROSA DE GOIAS	1,76046176	3,090452261	1,54	1,21	1	1	0,481240981	0,546897547	0,168341709	2,269119769	-8777	1,051088777
SANTA TEREZA DE GOIAS	1,951913133	2,206353833	1,35	1,03	1	0	0,345398139	0,36401241	0,132322938	0,178386763	-2775	0,236082775
SANTA TEREZINHA DE GOIAS	1,231015188	2,575299519	1,46	1,20	0	0	0,355215827	0,355215827	0,056880528	2,285171863	-8333	0,778188333
SANTO ANTONIO DA BARRA	3,139559735	2,091080008	1,91	1,46	0	0	0,274417611	0,286172259	0,138709004	0,406069673	-6524	0,110716524
SANTO ANTONIO DE GOIAS	2,218512335	3,205944798	2,01	1,35	1	1	0,343906511	0,355778149	0,084762371	0,690038954	-7782	0,839457782
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	0,115217391	1,162882286	1,52	1,11	1	0	0,236014493	0,239521739	0,041827367	0,076811594	-6913	0,549866913
SAO DOMINGOS	0,958645071	2,722226566	1,63	1,43	1	1	0,204390364	0,208254542	0,129700571	0,096193373	-7636	1,484637636
SAO FRANCISCO DE GOIAS	0,791719343	3,667731629	1,90	1,15	0	1	0,374051833	0,389854614	0,088019169	0,02528445	-0415	2,130990415
SAO JOAO DA PARAUNA	1,879235983	4,333098095	1,65	1,18	0	1	0,473197782	0,493530499	0,141848977	1,91004313	-2668	1,933662668
SAO JOAO D'ALIANCA	0,732308215	4,78546868	1,74	1,45	1	1	0,24687792	0,260810466	0,099641202	0,074760003	-4596	3,255344596
SAO LUIS DE MONTES BELOS	1,631016043	2,136540185	1,76	1,79	1	0	0,233428678	0,276520333	0,03516582	1,03718443	-4368	0,574544368
SAO LUIZ DO NORTE	2,747364152	3,476646473	1,84	1,19	0	0	0,314071371	0,322789943	0,098299785	0,498783455	-9422	1,500879422
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	0,438681319	3,870938505	1,93	1,58	0	1	0,298593407	0,335912088	0,07613178	1,287472527	-1653	1,218561653
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	5,016409997	2,418154762	1,99	1,65	0	1	0,4006564	0,427922242	0,167906746	0,439283009	-6984	0,265376984

SAO PATRICIO	2,6919339 16	3,8083538 08	1 ,49	1,16	0	1	0,42517 0068	0,42225 4616	0,21719 9017	0,83090 379	- 0,01965 602
SAO SIMAO	0,7057009 15	1,7495196 33	2 ,64	2,60	0	1	0,38427 994	0,40220 1659	0,11218 4067	- 0,15262 7101	0,42962 0141
SENADOR CANEDO	0,4710445 26	2,0639970 06	2 ,02	2,06	1	1	0,09974 5188	0,24648 226	0,04808 2407	0,18686 233	1,47838 2521
SERRANOPOLIS	0,8988206 08	1,6198934 28	2 ,00	2,30	0	0	0,25698 324	0,27150 838	0,05411 4861	- 1,55927 995	0,36234 4583
SILVANIA	0,8803342 29	2,0405385 7	2 ,30	2,07	0	1	0,26176 2658	0,31602 5067	0,03650 4156	0,10643 589	0,51815 4863
SIMOLANDIA	1,9091710 76	2,3931498 83	1 ,38	1,25	1	0	0,33524 3974	0,31893 0041	0,08694 3794	0,20870 0764	0,03073 7705
SITIO D'ABADIA	2,1887686 06	2,9963050 05	1 ,92	1,05	0	0	0,35013 5318	0,37889 0392	0,27410 1444	0,14546 6847	0,21498 1525
TAQUARAL DE GOIAS	1,3592500 69	3,2456884 37	1 ,63	1,07	0	0	0,44058 4505	0,47863 2479	0,06417 8682	- 1,00358 4229	0,85665 8185
TERESINA DE GOIAS	2,3247232 47	2,2453161 59	1 ,36	0,89	0	1	0,33825 3383	0,33302 583	0,18852 459	1,16236 1624	- 0,00878 2201
TEREZOPOLIS DE GOIAS	0,6651060 31	3,0112701 03	1 ,70	1,19	0	1	0,29592 3988	0,33971 3578	0,04951 2473	0,00963 9218	0,50525 516
TRES RANCHOS	2,5241712 71	2,4920690 87	1 ,52	1,10	1	1	0,44198 895	0,46236 1878	0,20937 6102	- 0,30386 7403	1,17729 9965
TRINDADE	1,4159521 95	2,0822162 65	2 ,10	1,82	1	1	0,25145 9253	0,28474 0625	0,06855 6109	- 0,22811 1198	0,84538 1718
TROMBAS	2,5519955 03	3,9074550 13	1 ,55	1,04	0	1	0,21613 2659	0,29229 9044	0,04084 5473	- 0,17144 4632	0,93401 8852
TURVANIA	3,6948944 02	2,1951219 51	1 ,81	1,08	0	0	0,34898 5032	0,37482 0586	0,10856 8962	- 1,66085 7084	0,09712 929
TURVELANDIA	1,3046179 33	2,3638113 57	2 ,35	2,34	0	1	0,46945 5374	0,49016 3595	0,10933 59	0,20294 0567	0,43503 3686
UIRAPURU	0,2483221 48	2,0815899 58	1 ,37	0,67	1	1	0,27818 7919	0,27013 4228	0,09937 2385	- 1,53691 2752	0,01046 0251
URUACU	0,2361380 58	2,6513663 38	1 ,96	1,37	0	1	0,30330 338	0,31622 077	0,11875 575	- 0,16823 2411	0,82402 9639
URUANA	1,6127440 61	2,3456879 15	1 ,43	1,07	1	0	0,24719 8139	0,26728 6953	0,06799 8269	- 0,31860 1537	0,42832 42
URUTAI	0,6374881 07	2,4236517 22	1 ,10	1,24	0	1	0,34348 2398	0,34538 5347	0,10721 2476	- 0,04757 3739	1,12735 5426
VALPARAISO DE GOIAS	0,0599313 36	0,8753483 12	1 ,96	1,84	0	1	0,15332 8222	0,18951 3683	0,06577 7092	- 0,03853 2049	0,22722 9956
VARJAO	3,5405192 76	2,5052410 9	1 ,65	1,15	1	1	0,39994 7548	0,40466 824	0,09696 0168	- 1,31392 6042	0,36425 5765
VIANOPOLIS	0,5605935 7	1,7626946 02	2 ,02	1,69	1	0	0,35059 5818	0,36573 4842	0,11508 8026	- 0,53736 0414	0,44303 7975
VICENTINO POLIS	0,9636160 44	1,5375682 27	1 ,98	1,81	0	1	0,32882 1557	0,33813 4857	0,18371 85	- 0,15522 1657	0,03832 3075

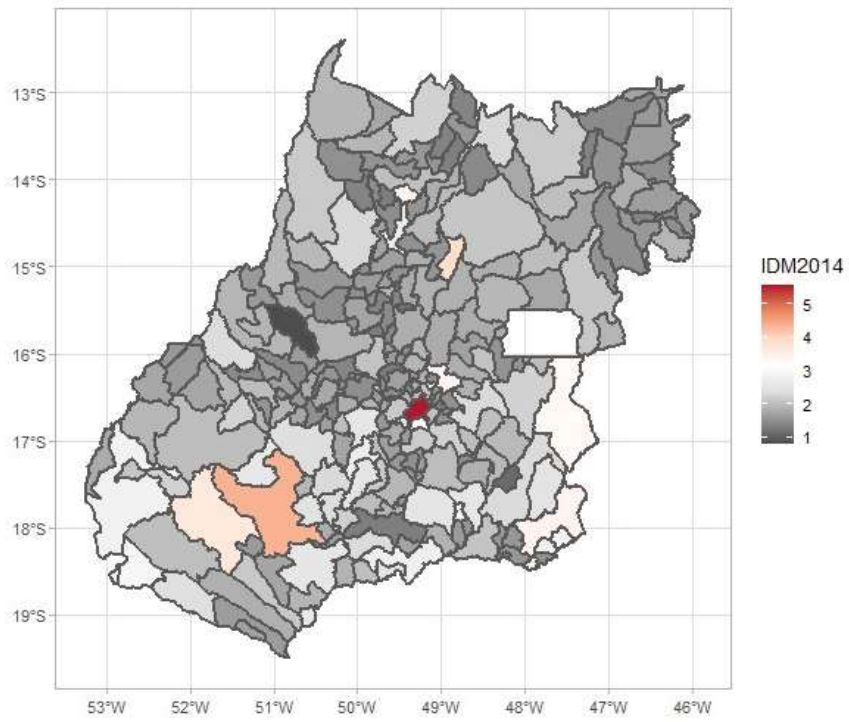
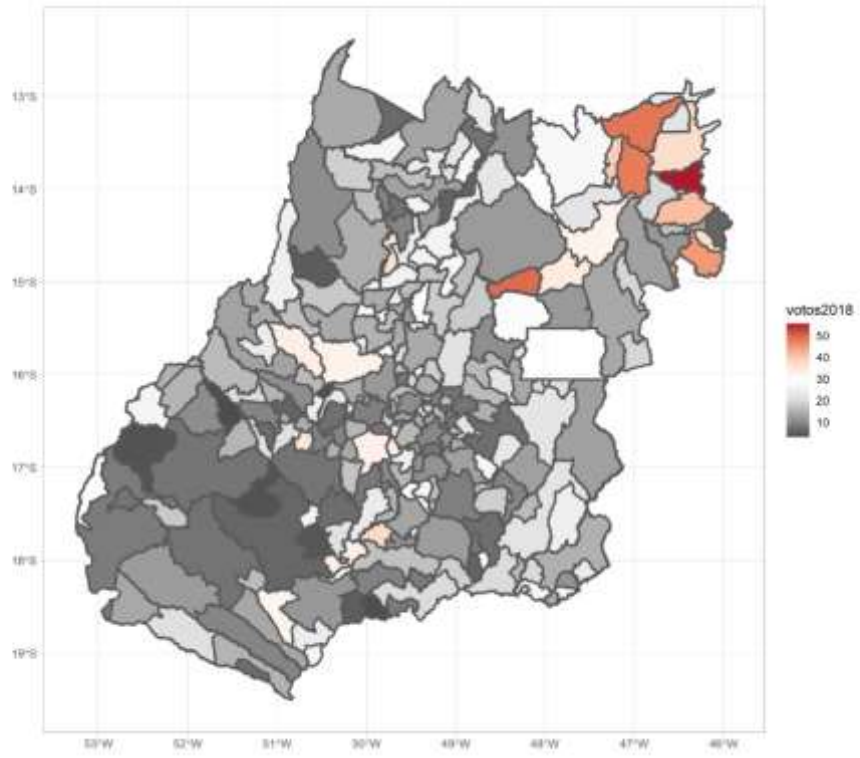
VILA BOA	0,6963321 54	3,7487553 93	1 ,53	1,58			0,28728 356	0,26605 8462	0,07168 9346	0,54552 2249	- 1,04546 9632
VILA PROPICIO	1,4021739 13	3,4248002 78	1 ,85	1,67			0,27971 0145	0,30507 2464	0,09934 0049	0,15217 3913	- 1,36158 3883

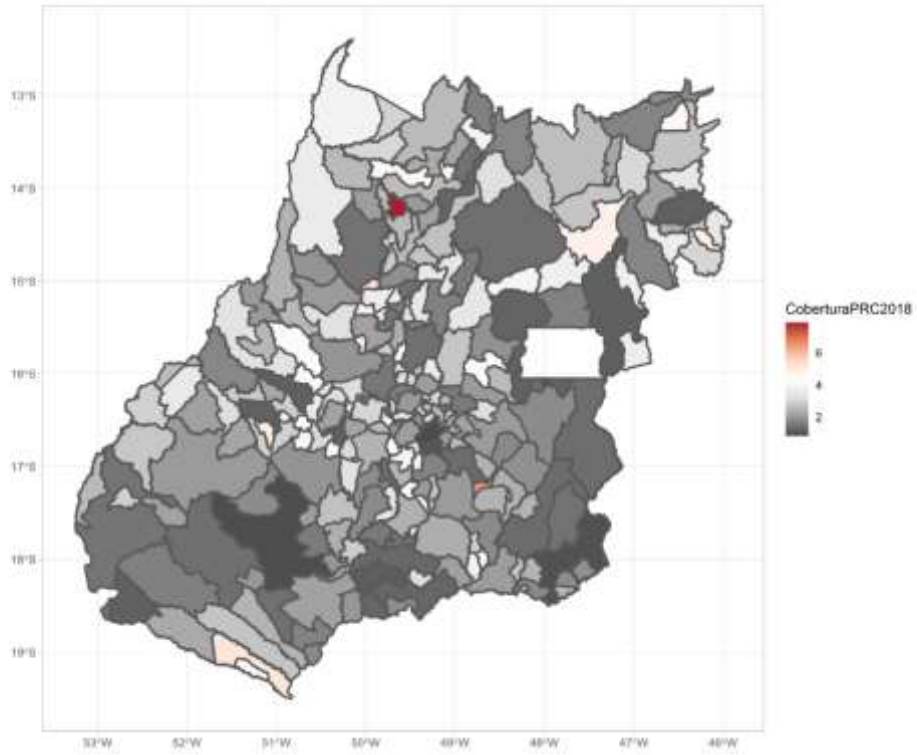
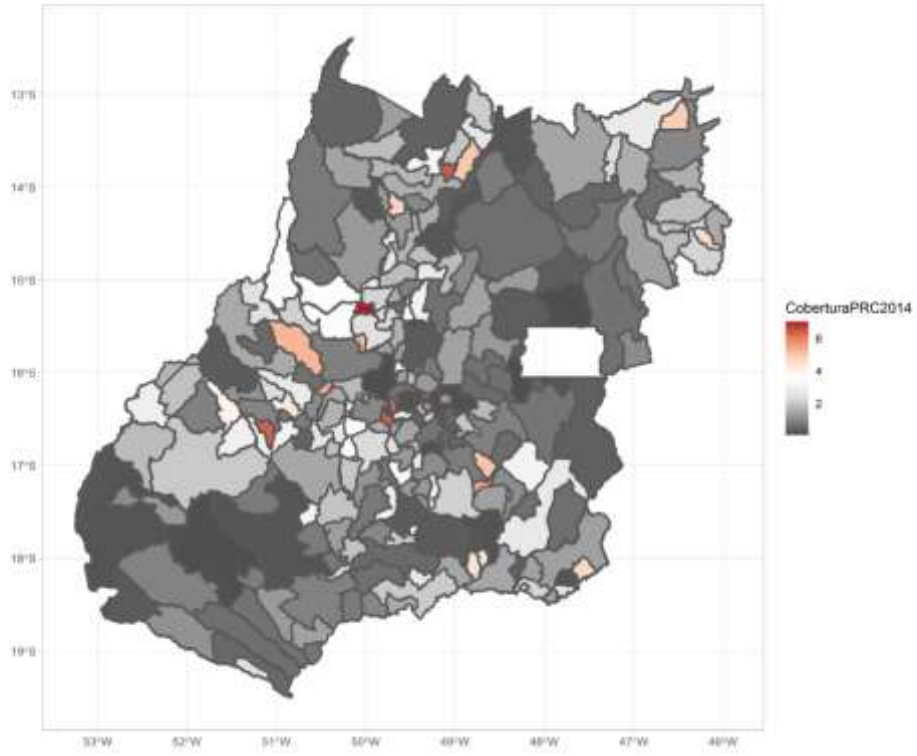
APÊNDICE II¹⁸

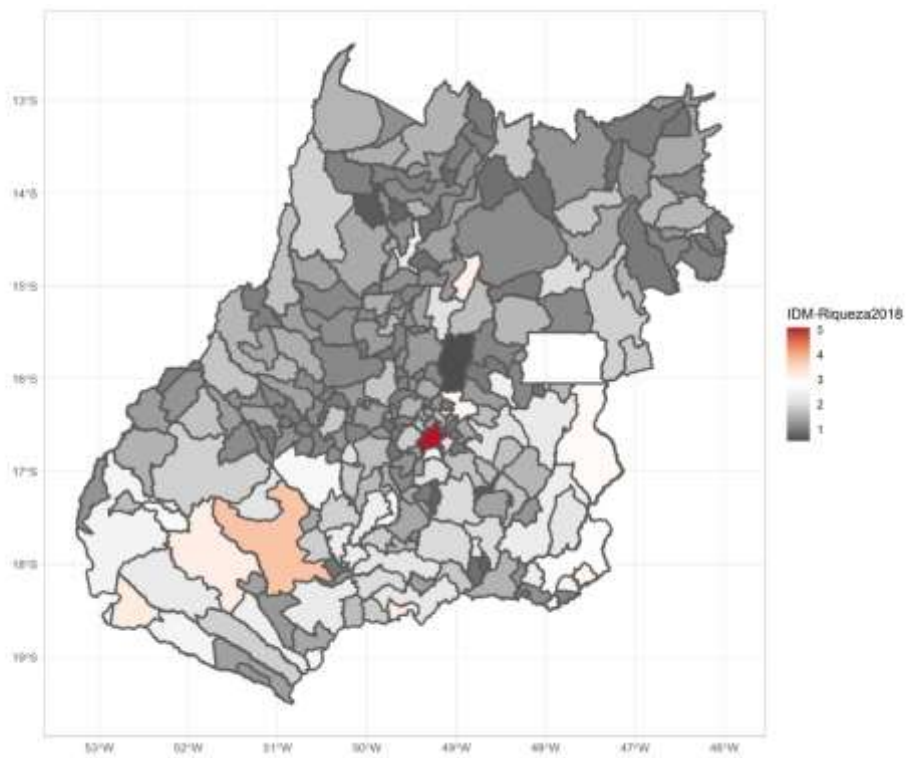
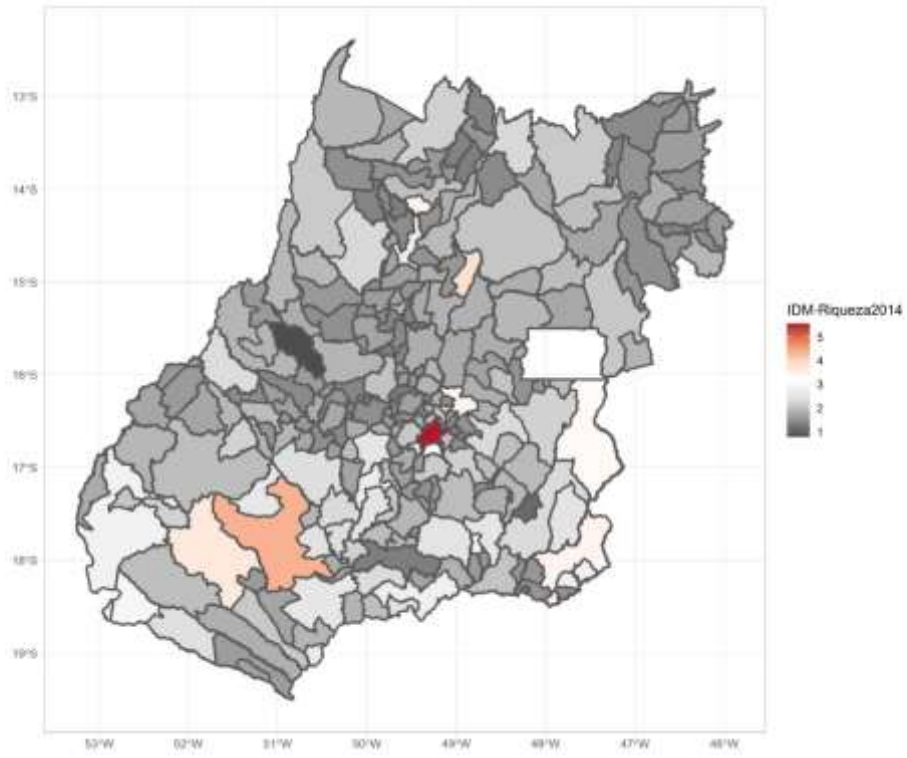
Mapas



¹⁸ Elaboração própria com base nos dados do TRE-GO, IMB e SEAD.







APÊNDICE III

Script do R

```

cob1 <- lm(votos2018~Cobertura2018, data = Dados)
cob2 <- lm(votos20141t~Cobertura2014, data = Dados)
cob3 <- lm(votos20142t~Cobertura2014, data = Dados)
tab_model(cob2, cob3, cob1, p.style = "asterisk")
IDM1 <- lm(votos2018~IDM2018, data = Dados)
IDM2 <- lm(votos20141t~IDM2014, data = Dados)
IDM3 <- lm(votos20142t~IDM2014, data = Dados)
tab_model(IDM2, IDM3, IDM1, p.style = "asterisk")
cor.test(Dados$votos20141t, Dados$Part2014, method = "spearman")
cor.test(Dados$votos20142t, Dados$Part2014, method = "spearman")
cor.test(Dados$votos2018, Dados$Part2018, method = "spearman")
modelo1 <- lm(Dados$votos20141t~Cobertura2014 + IDM2014 + Part2014, data = Dados)
modelo2 <- lm(Dados$votos20142t~Cobertura2014 + IDM2014 + Part2014, data = Dados)
modelo3 <- lm(Dados$votos2018~Cobertura2018 + IDM2018 + Part2018, data = Dados)
tab_model(modelo1, modelo2, modelo3, p.style = "asterisk")
cor.test(Dados$votos20141t, Dados$dif14)
cor.test(Dados$votos20142t, Dados$dif14)
cor.test(Dados$votos2018, Dados$dif18)
resid1 <- lm(votos2018~Cobertura2018, data = Dados)
resid 2 <- lm(votos20141t~Cobertura2014, data = Dados)
resid3 <- lm(votos20142t~Cobertura2014, data = Dados)
resid <- (cbind(Dados$votos2018, predict (resid1), residuals(resid1)))
plot(resid1)
resid <- (cbind(Dados$votos20141t, predict (resid2), residuals(resid2)))
plot(resid2)
resid <- (cbind(Dados$votos20142t, predict (resid3), residuals(resid 3)))
plot(resid 3)
library (geobr)
library (esquisse)
library (ggplot2)
GO <- read_municipality (code_muni = "GO") #para ler todos
voto2018 <- read_excel("voto2018.xlsx")
final <- merge (GO,voto2018, group_by="code_muni")
Esquisser (final)
ggplot(final) +
aes(fill = votos2018) +
geom_sf(size = 1L) +
scale_fill_distiller(palette = "RdGy") +
theme_minimal()
er(palette = "RdGy") +
theme_minimal()
modpart1 <- glm(Dados$Part2014 ~ Dados$votos20141t)
modpart2 <- glm(Dados$Part2014 ~ Dados$votos20142t)
modpart3 <- glm(Dados$Part2018 ~ Dados$votos2018)
tab_model(modpart1, modpart2, modpart3, p.style = "asterisk")

```

ANEXO I
Informações sobre o renda Cidadã

Quadro 2 – Comparativo da legislação do Renda Cidadã ao longo dos anos

Norma	Beneficiários	Valor do Benefício
13.605/2000	A definição dos beneficiários do “Programa Renda Cidadã” em termos de renda familiar máxima, tempo de residência no Estado de Goiás, valor do auxílio, bem como outras condições e fatores adicionais para nele participar penderiam de regulamentação posterior.	-
Decreto 5.211/2000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Renda mensal familiar total não superior a um salário mínimo vigente; 2. Residência de pelo menos dois anos ininterruptos no Estado de Goiás; 3. Apresentar Cartão de Vacinação atualizado, caso houvessem crianças entre 0 e 6 anos; 4. Apresentar comprovante de matrícula e frequência em instituição de ensino, caso houvessem crianças ou adolescentes entre 7 e 14 anos; 5. Comprovar, no município que sediar Unidade de Atendimento ao Trabalhador do Sistema Nacional de Emprego, inscrição nos Programas de Geração de Emprego e Renda, Qualificação ou Requalificação de Mão-de-Obra, da Secretaria de Cidadania e Trabalho, no caso de desempregado ou trabalhador autônomo; e 6. Fazer opção por um dos Programas Sociais como “Salário Escola”, “Banco do Povo”, “Bolsa Universitária”, ou qualquer outro programa similar, executados pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal. 	Não especificado na norma.
Lei nº 16.831/2009	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo I, constituído por: <ol style="list-style-type: none"> a) Grupo Familiar que possua pelo menos um membro portador de deficiência permanente e incapacitante total ou parcial, portador de doença que impossibilite, comprovadamente, a realização de atividade laboral, portador de hemofilia, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, anemia falciforme e neoplasia maligna; b) grupo familiar composto por membros de idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos; 2. Grupo II, constituído por famílias de baixa renda em situação de risco social. <p>O Grupo Familiar deveria ainda:</p> <p>I – comprovar renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), limitada a renda familiar a R\$ 697,50 (seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos);</p>	R\$ 80,00 (oitenta reais)

	<p>II – comprovar residência, no mínimo, de 3 (três) anos ininterruptos no Estado de Goiás, por intermédio de documento idôneo a esse fim;</p> <p>III – não ter qualquer membro como participante de outro programa de transferência de renda municipal, estadual ou federal.</p>	
<p>Lei nº 18.090/2013</p>	<p>Grupo I, o constituído por:</p> <p>a) famílias que não atendam aos requisitos para ingresso no programa de transferência de renda da União – Bolsa Família;</p> <p>b) famílias que possuam pelo menos um membro portador de deficiência permanente e incapacitante total ou parcial, portador de doença que impossibilite, comprovadamente, a realização de atividade laboral, portador de hemofilia, hanseníase, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, cirrose hepática, anemia falciforme e neoplasia maligna;</p> <p>c) famílias compostas por membros de idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos e que não atendam aos requisitos para o ingresso no programa de transferência de renda da União – Bolsa Família;</p> <p>d) famílias que possuam em sua composição adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ou membro em tratamento de dependência química e que não atendam aos requisitos para ingresso no programa de transferência de renda da União – Bolsa Família;</p> <p>2. Grupo II, o constituído por famílias atendidas pelo programa de transferência de renda da União – Bolsa Família, em situação de elevado grau de vulnerabilidade social, cujos rendimentos mensais sejam inferiores a R\$ 70,00 (setenta reais) por membro delas integrante.</p> <p>Para se inscrever no programa estadual de transferência de renda de que trata esta Lei, as famílias do Grupo I deveriam ainda:</p> <p>I – comprovar renda per capita mensal de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);</p> <p>II – comprovar, pelos meios legalmente admitidos, residência de, no mínimo, 3 (três) anos ininterruptos no Estado de Goiás;</p> <p>III – não ter qualquer de seus membros como participante de outro programa de transferência de renda municipal, estadual ou federal;</p> <p>IV – encontrar-se inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais –CadÚnico– do Ministério do Desenvolvimento Social.</p> <p>O titular do auxílio financeiro de que trata esta Lei será, preferencialmente, a mulher que detenha o poder familiar sobre os filhos e os preserve em sua companhia, ou, excepcionalmente por qualquer motivo, o homem ou responsável legalmente constituído pela guarda das crianças e/ou adolescentes.</p>	<p>Para as do Grupo I, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo que:</p> <p>a) as famílias com integrante na faixa etária de 6 (seis) a 17 (dezesete) anos, matriculado no ensino fundamental ou médio, com frequência regular na rede de ensino, poderão ter o seu benefício acrescido em R\$ 10,00 (dez reais) por dependente matriculado, até o máximo de 4 (quatro), limitando-se o valor total do auxílio, salvo no caso de serem beneficiários também do auxílio saúde, ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a título de auxílio educação;</p> <p>b) as famílias com integrante portador de hemofilia, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, cirrose hepática, anemia falciforme, neoplasia maligna, hipertensão arterial, diabetes e tuberculose e, ainda, gestante e mãe que esteja amamentando, até 6 (seis) meses após o parto, farão jus ao auxílio saúde no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), o qual será adicionado ao de R\$ 80,00 (oitenta reais) a</p>

		<p>que têm direito, bem como àquele relativo ao auxílio educação, nas situações que autorizem sua concessão simultânea.</p> <p>Para as do Grupo II, no valor mínimo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e máximo de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).</p> <p>Ainda, poderão ser concedidos outros benefícios complementares descritos em lei.</p>
--	--	--